

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Estratégias para a Internacionalização das Empresas

Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professor: Ivan Lapuente Garrido

EMENTA

Ementa: Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

- **Módulo I:** Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)
- **Módulo II:** Estratégias de Entrada em Mercados Externo – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas.
- **Modulo III:** O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.
- **Módulo IV:** o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influências institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.
- **Modulo V:** Estudo de Caso

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.

- Estudo de Caso (1/3 da nota final)
- Trabalho final (apresentado nas últimas aulas) – 1/3 da nota final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DUNNING, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. [S.l.]: Edward Elgar Publishing, 2008.
- PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S. l.]: Cengage CTP, 2008.
- ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.
- RUGMAN, Alan M. **The oxford handbook of international business**. [S.l.]: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CATEORA, P. R.; GRAHAM, John L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.
- DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of International Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.
- JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.
- JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 40, n. 9, p. 1411-1431, 2009.
- OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.
- PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S. l.]: Thomson, 2008.
- PENG, Mike W. **Global business**. [S. l.]: South-Western Cengage Learning, 2011.
- SHARMA, V. M.; ERRAMILI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice. **Journal of Marketing Theory and Practice**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 1, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Contratos Internacionais

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121800

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Teoria geral dos contratos internacionais. As principais cláusulas contratuais. Os contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro. A harmonização legislativa em matéria contratual na União Europeia e no Mercosul. O *Soft Law* e as regras da Câmara de Comércio Internacional, com especial ênfase aos INCOTERMs. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Teoria Geral dos Contratos Internacionais

- 1.1. Noção de contrato internacional. O princípio *pacta sunt servanda*.
- 1.2. Contratos entre presentes e entre ausentes. Os contratos internacionais celebrados por meios eletrônicos.
- 1.3. O princípio da autonomia da vontade das partes para a escolha do foro e da lei aplicável. Dificuldades e tendências no Brasil e no direito comparado. As possibilidades trazidas pela arbitragem internacional.
- 1.4. A lei aplicável ao contrato internacional em ausência de eleição. As regras vigentes no direito brasileiro.
- 1.5. Os limites à aplicação da lei estrangeira: fraude e ordem pública.

II - Os Contratos Internacionais nos Espaços Integrados

- 2.1. A harmonização de legislações.
- 2.2. As regras adotadas na União Europeia.
 - 2.2.1. A jurisdição internacional: Convênio de Bruxelas de 1968, Regulamento (CE) nº 44/2001 e Regulamento (UE) nº 1215/2012.

- 2.2.2. A lei aplicável ao contrato internacional: Convenção de Roma de 1980 e Regulamento (CE) nº 593/2008.
- 2.3. As regras adotadas no Mercosul.
- 2.3.1. O Protocolo de Buenos Aires sobre jurisdição em matéria contratual.
- 2.3.2. O direito interno dos Estados Mercosurenhos e os contratos internacionais. Regras vinculadas à lei aplicável e à jurisdição internacional.

III - Os Contratos Comerciais Internacionais: o *soft law* e a uniformização das regras aplicáveis ao comércio exterior

- 3.1. O *soft law* e o *hard law*.
- 3.2. O papel da Câmara do Comércio Internacional no desenvolvimento do comércio exterior. Os INCOTERMS e a regulação dos contratos internacionais.
- 3.3. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais.
- 3.4. O Guia relativo ao Direito Aplicável aos Contratos Comerciais Internacionais nas Américas, da OEA.
- 3.4. As principais cláusulas nos contratos internacionais.
- 3.5. A aplicação da *lex mercatoria* pelos tribunais judiciais e arbitrais brasileiros e pelos tribunais dos Estados Partes do MERCOSUL.
- 3.6. As convenções internacionais e a uniformização das regras do comércio internacional.
- 3.6.1. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias. Obrigações do vendedor e do comprador. A liberdade para a escolha do direito aplicável ao contrato.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.
- Análise de contratos internacionais e redação de cláusulas contratuais.
- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.

Critérios de avaliação:

- Entrega de contrato internacional: 70%
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL JÚNIOR, Alberto do; VIEIRA, Luciane Klein (coord.). **El derecho internacional privado y sus desafíos en la actualidad**. Bogotá: Editorial Ibáñez, 2016.

ARAÚJO, Nádia de. **Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CRETELLA NETO, José. **Contratos internacionais do comércio**. 2. ed. Osasco: Letz TMCP, 2016.

GOICOECHEA, Ignacio. Los instrumentos de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado que facilitan el desarrollo de los negocios internacionales y las inversiones. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*, [s. l.], n. 5, Mar. 2015. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/131>. Acesso em: 13/05/2021

OFICINA PERMANENTE DE LA CONFERENCIA DE LA HAYA. Elección de la ley aplicable a los contratos del comercio internacional. ¿Principios de La Haya? *In*: BASEDOW, Jürgen; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego P.; MORENO RODRÍGUEZ, José A. (coord.). **¿Cómo se codifica hoy el derecho comercial internacional?** Asunción: La Ley Paraguaya: CEDEP, 2010.

OLIVEIRA, Agatha Brandão de; MOSCHEN, Valesca Raizer Borges. Un enfoque crítico del sistema brasileño de derecho internacional privado y los retos de la armonización: los nuevos Principios de La Haya sobre la elección del derecho aplicable en materia de contratos internacionales. *In*: MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio; MARQUES, Cláudia Lima (coord.) **Los servicios en el derecho internacional privado**: jornadas de la ASADIP 2014. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; TERASHIMA, Eduardo Ono (org.) **A convenção de Viena sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias: desafios e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Luciane Klein; FERNANDES, Matheus Lúcio Pires. Os acordos de eleição de foro nos contratos internacionais: perspectivas a partir da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil Brasileiro. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], n. 9, Mar. 2017. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/209/339>. Acesso em: 11/03/2021.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes en los contratos internacionales: breves comentarios sobre el derecho argentino y brasileño. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, [s. l.], v. 1, n. 2. jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15730>. Acesso em: 11/06/2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOURA, Aline Beltrame de. A autonomia da vontade na escolha da lei aplicável aos contratos de comércio internacional no Regulamento Roma I da União Europeia. **Revista de Direito Internacional (Brazilian Journal of International Law)**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/6103/pdf>. Acesso em: 21/05/2021.

CASELLA, Paulo Borba. Autonomia da vontade, arbitragem comercial internacional e direito brasileiro. *In*: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (org.). **O direito internacional contemporâneo**: estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GAMA Jr., Lauro. **Contratos internacionais à luz dos princípios do UNIDROIT 2004**: soft law, arbitragem e jurisdição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GIMÉNEZ CORTE, Cristián. **Usos comerciales, costumbre jurídica y nueva “lex mercatoria” en América Latina, con especial referencia al MERCOSUR.** Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2010.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. **Derecho aplicable y arbitraje internacional.** Asunción: CEDEP: Intercontinental Editora, 2013.

PISANO, Beatriz. La autonomía de la voluntad en el derecho internacional privado paraguayo. **Revista Jurídica La Ley Paraguaya**, [s. l.], n. 1. Feb. 2010. Disponível em: <https://cedep.files.wordpress.com/2009/02/autonomia-de-la-voluntad-en-el-dipr-paraguayo.pdf>. Acesso em: 30/05/2021.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; SILVA, Lucas Sávio Oliveira de. Contratos internacionais eletrônicos e o direito brasileiro: entre a insuficiência normativa doméstica e as soluções globais. **Revista Sequência**, [s. l.], n. 75, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157. Acesso em: 30/05/2021.

SAMTLEBEN, Jürgen. Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], n. 85, jan./mar. 1985.

SCOTTI, Luciana B. **Contratos electrónicos: un estudio desde el derecho internacional privado argentino.** Buenos Aires: Eudeba, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 horas-aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Professor: Dr. Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito dos Negócios Internacionais. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução; os mercados; o sistema monetário e financeiro. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio. A nova Lex Mercatoria; transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito dos Negócios Internacionais
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações
- Comércio exterior no Brasil
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados

- OMC - evolução, estrutura, resultados
- Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo
- Tópicos práticos do Comércio Internacional
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Participação em atividades interativas, como questionários, seminários e semelhantes
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009. *E-book*. (Serie comercio exterior, v. 2).

CRETELLA NETO, José. **Curso de direito internacional econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do comércio internacional**. São Paulo: FGV, 2009. *E-book*.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. *E-book*.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (org.). **Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

CAPUCIO, Camila. A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos? **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 336-348, 2014. Disponível em: <http://publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/3158/pdf>. acesso em: 26 ago. 2020.

CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.

RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito internacional em expansão**: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do Estado e a unidade do direito internacional**: domesticando o rinoceronte. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direito Tributário E Tributação Internacional

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121797

Professor: Éderson Garin Porto

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delineiam a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) AULA:** Introdução à tributação. Por que e para quê existem tributos; princípios constitucionais, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação Ótima; Liberdade Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômico; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação. - Aula Expositiva
- 2) AULA:** Análise Econômica da Tributação. Tributação sobre bases econômicas, Escolha Racional, Teoria dos Jogos. aula expositiva.
- 3) AULA:** Direito Tributário Internacional: limites territoriais da lei. Fontes do Direito Tributário Internacional. Normas internacionais e relação com a legislação interna. Elementos de Conexão. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais. Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting).
- 4) AULA:** Extrafiscalidade. Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality; Tributação da economia digital.
- 5) AULA:** Estudo de caso: Caso Neymar – Acórdão 2402-005.703, Processo nº 15983.720065/2015-11, j. 15/03/2017

6) AULA: Estudo de caso: Caso Apple – European Commission (2016a), Final Commission Decision of 30.8.2016 on State Aid SA 38373 (2014C), implemented by Ireland to Apple, 30.8.2016C (2016), 5605.

7) AULA: Estudo de caso: ADI 2588, Relatora: Min. ELLEN GRACIE, Relator p/ Acórdão: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 10/04/2013, DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014 EMENT VOL-02719-01 PP-00001.

8) AULA: Estudo de caso: ADI 4481, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 11/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-092 DIVULG 18-05-2015 PUBLIC 19-05-2015

9) AULA: Estudo de caso: preço de transferência Acórdão 1402-002.760 CARF

10) AULA: Estudo de caso: RE 550769, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 02-04-2014 PUBLIC 03-04-2014).

AVALIAÇÃO

Com exceção das cinco primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários pelos alunos, cobrindo todos os textos e estudos dos casos sugeridos, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será pela apresentação de seminários e entrega de paper sobre o tema estudado pelo mestrando no prazo de 30 dias após a conclusão da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 1, p. 140-146, 2010.

CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.

CARVALHO, Cristiano. **Teoria da decisão tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Guerra fiscal: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS**. São Paulo: Noeses, 2012.

CHRISTIANS, Allison. Avoidance, evasion, and taxpayer morality. **Washington University Journal of Law & Policy**, [s. l.], v. 44, p. 2-17, 2014.

DUFF, David. Elisão fiscal no século XXI. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. **Duke Law Journal**, [s. l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.

SILVA, Eivany Antônio da. O imposto de renda e os lucros e rendimentos auferidos no exterior. *In*: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). **Grandes questões atuais do direito tributário**. São Paulo: Dialética, 2002.

ROSENBLATT, Paulo. **General anti-avoidance rules for major developing countries**. [S. l.]: Walter Kluwer, 2016.

UTAMI, Ana Paula *et al.* Observatório do Carf: planejamento tributário. *In: JOTA – notícias jurídicas que fazem a diferença*. São Paulo, 27 mar. 2016. Disponível em: <http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-planejamento-tributario>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins *et al.* Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. *In: JOTA – notícias jurídicas que fazem a diferença*. São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: <http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-tributacao-de-lucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior>. Acesso em: 11 ago. 2016.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente en America Latina para incorporar la tributacion ambiental. *In: CARVALHO, Cristiano (org.). Direito tributário atual*. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito negocial” no direito tributário brasileiro. *In: CARVALHO, Cristiano (org.). Direito tributário atual*. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. *In: CARVALHO, Cristiano (org.). Direito tributário atual*. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

COÊLHO, Carolina Reis Jatobá. Sigilo bancário e governança global: a incorporação do FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act) no ordenamento jurídico brasileiro diante do impacto regulatório internacional. **Revista da Receita Federal: Estudos tributários e aduaneiros**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 86, 2015. Disponível em: <http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/152/29>. Acesso em: 01 jun. 2017.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 1, p.147-165, 2010.

DIZDAREVIC, Melissa A. The FATCA provisions of the hire act: boldly going where no withholding has gone before. **Fordham Law Review**, [s. l.], v. 79, n. 6, 2011. Disponível em: <http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4728&context=fl>. Acesso em: 14 ago. 2017.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico**: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. [S. l.: s. n.], 2007.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Princípios da tributação internacional sobre a renda. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 35, n. 137, p. 83-90, 1998. Disponível

em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/334/r137-08.pdf?sequence=4>. Acesso em: 3 out. 2017.

LAFFER, Arthur. **Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia**. [S. l.]: The LAFFER Institute, 2014.

TÔRRES, Heleno. **Direito Tributário Internacional**. Planejamento tributário e operações transnacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 230-253.

UTUMI, Ana Cláudia. Planejamento tributário. Qual o futuro. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 171-198.

XAVIER, Alberto. **Direito tributário internacional do Brasil**: tributação das operações internacionais. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direito Regulatório

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária total: 30horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112159

Professor: Daniela Regina Pellin

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: Outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. As agências de regulação. Instrumentos de delegação: concessão, permissão e autorização. A relação jurídica na concessão. A Legislação de concessão: Lei 8987/95 e Lei 9074/95. Parcerias Público-Privadas – Conceitos. Instrumentos. Legislação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – Noções sobre Serviços Públicos.
- 2 – Formas de prestação do serviço público – outorga e delegação. Aspectos próprios da Federação brasileira relacionados à prestação do serviço público. A Regulação do serviço público concedido. As agências de Regulação.
- 3 – Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (Lei nº 13.303/2016).
- 3 – Concessão, permissão e autorização do serviço público. Evolução dos instrumentos de delegação no ordenamento jurídico brasileiro.
- 4 - Leis 8.987 e 9074, de 1995.
- 5 – Parcerias Público – Privadas – noções gerais – aspectos da Lei nº11.079/95.
- 6 – Agências de Regulação
- 7 – Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- 8 – Lei Anticorrupção – compliance – Lei de Improbidade Administrativa 9 – Serviços Públicos e serviços privados regulados e sua legislação

AVALIAÇÃO

Seminários com análise de casos

Os alunos buscarão na jurisprudência dos Tribunais Judiciários, de Contas ou administrativos e apresentarão para discussão na data dos seminários aos colegas, bem como apresentarão uma resenha com a análise do caso discutido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUÉLLAR, LEILA. **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. **Desafios atuais da regulação econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Sérgio (org.). **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, set./dez. 2013.

IDENTIFICAÇÃO**Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios**Nível: Mestrado Doutorado**Disciplina:** Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**Ano/Semestre:** 2021/1**Carga horária:** 45 horas/aula**Créditos:** 3 créditos**Área temática:** Direito**Código da disciplina:** 112153**Professores:** André Rafael Weyermüller e Cristiano Colombo**EMENTA**

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Transferência de Tecnologia. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes: know how e trade secret, conhecimentos tradicionais, topografia de circuitos integrados e cultivares. Examinar a transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando o acadêmico a compreender e operacionalizar tal mecanismo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula	Conteúdo
1ª Aula	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL. Origem, fontes e princípios.
2ª Aula	PATENTES E TRADE SECRET. Formas de proteção das invenções. Espécies. Requisitos. Bancos de patentes.
3ª Aula	DESENHO INDUSTRIAL. Aplicação. Sistema de livre concessão. Requisitos. Nulidade e extinção. Distinção com marca tridimensional.
4ª Aula	MARCAS. Espécies. Princípios e requisitos. Marcas notoriamente conhecidas e de alto renome. Nulidade e extinção.
5ª Aula	NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS IMPACTOS NA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Contexto mundial. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados. Fair Use.
6ª Aula	SOFTWARE. Lei 9.609 de 1998. Propriedade Intelectual do Programa do Computador. Registro. Governança Algorítmica. Contratos. Direitos e relação de emprego. Casos de aplicação ao software da Lei 9.279 de 1996.
7ª Aula	DIREITOS AUTORAIS. Direitos de autor e conexos. Princípios, natureza jurídica, direitos morais e materiais, domínio público, plágio. Gestão Coletiva.
8ª Aula	OUTRAS FORMAS DE PROTEÇÃO Indicações geográficas: Denominação de

	Origem e Indicação de Procedência. Biodiversidade e Cultivares.
9ª Aula	PLATAFORMAS DIGITAIS E DIREITOS AUTORAIS. Modelo de negócio. Streaming. Direitos Autorais no Mercado Único Digital. Direitos patrimoniais.
10ª Aula	CULTURA LIVRE. LICENÇAS CRIATIVE COMMONS.
11ª Aula	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL. Conceito de autoria. Disposições sobre Direito Civil e União Europeia.
12ª Aula	CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Cessão. Licença. SAT. Fornecimento de Tecnologia. Franquia.
13ª Aula	DIREITOS AUTORAIS E PARTICULARIDADES NO MUNDO DIGITAL. Memes. Fandom. Estudos de caso.
14ª Aula	SEMINÁRIOS
15ª Aula	SEMINÁRIOS

AVALIAÇÃO

Participação nas atividades práticas (visitas técnicas e propostas em aula) = 20%

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático = 40%

Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina = 40%

METODOLOGIA

1. Nas aulas especificadas no cronograma um(a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a Metodologia de Seminário.
2. A preparação do tema deverá observar a bibliografia sugerida e disponível no ambiente Moodle, a fim de possibilitar o aprofundamento do tema.
3. Os demais mestrandos deverão ler o texto indicado previamente pelo professor para cada tema de aula conforme o cronograma.
4. Os alunos deverão, ao final do semestre, apresentar um dos temas trabalhados em aula em forma de seminário/aula, utilizando-se das indicações de bibliografia e jurisprudência.
5. Cada mestrando desenvolverá, sob forma de artigo científico, realizar o estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter um mínimo de 10 páginas e seguir as normas da ABNT.
6. Para fins de avaliação serão considerados, ainda, a assiduidade, qualidade da apresentação do Seminário, participação nos Seminários dos colegas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. [S. l.]: Lumen Juris, 2003. Disponível em: <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>. Acesso em: 01/06/2021.

CARBONI, Guilherme. **Direito autoral e autoria colaborativa**: na economia da Informação em Rede. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, Carlos. **Propriedade intelectual e saúde pública**.. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DRAHOS, Peter. **A philosophy of intellectual property**. [S.l.]: Ashgate, 1996.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade. Tradução de Fábio Emilio Costa. [S. l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em: http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf. Acesso em: 01/05/2021.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2016.

SÁDABA, Igor; DOMÍNGUEZ, Mario; ROWAN, Jaron; MARTÍNEZ, Rubén; ZEMOS98 *et al.* **La tragedia del copyright**: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

LANDES, William M.; POSNER, Richard A. **The Economic Structure of Intellectual Property Law**. Cambridge: Belknap, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**: uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

BOYLE, James. **The public domain**: enclosing the Commons of the Mind. [S.l.]: Caravan Book, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Ronei de Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultural).

CASTRO, Oona; MIZUKAMI, Pedro (org.). **Brasil pirata, brasil original**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013.

DRAHOS, Peter; BRAITHWAITE, John. **Information feudalism**: who owns the knowledge economy? New York: The New Press, 2002.

HELFRICH, Silke (comp.). **Genes, bytes y emisiones**: bienes comunes y ciudadanía. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Remix**. [S.l.]: Penguin-Press, 2008.

PENROSE, Edith. **La economía del sistema internacional de patentes**. Mexico: Siglo veintiuno, 1974.

PRONER, Carol. **Propriedade intelectual: uma outra ordem jurídica possível**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFO, Julio. **Derecho autoral: hacia un nuevo paradigma**. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (coord.). **Direito de autor e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

SMIERS, Joost; SCHIJNDEL, Mariekevan. **Imagine...no copyright: por un mundo nuevo delibertad creativa**. Traducción de Roc Filel la Escolà. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

VILLARES, Fábio (org.). **Propriedade intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. Paz e Terra: São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito autoral e marco civil da internet**. Curitiba: GEDAI-UFPR, 2015.

IDENTIFICAÇÃO**Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios**Nível: Mestrado Doutorado

Nível: Mestrado

Disciplina: Formas de Resolução de Conflitos**Semestre:** 20201/1**Carga horária:** 30 horas/aula**Créditos:** 2**Área temática:** Direito**Código da disciplina:** 112156**Professora:** Dra. Daniela Pellin**EMENTA**

A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsia. Teoria da Negociação. Escolas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário e arbitragem. A crise do Poder Judiciário e a busca por soluções alternativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
05/09 Sábado 9h00-12h00	Orientações sobre o ecossistema de ensino-aprendizagem da disciplina e organização do semestre. Aspectos globalizantes da resolução de conflitos Material de Apoio: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes para a mediação eficaz . Nova York: UNDPA, 2015. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDPA2012_pt_Jun2015correction_0.pdf . BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil : Livro Verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: http://www.socinfo.org CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação . Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/
12/09 Sábado 9h00-12h00	Fundamentos da Negociação Material de apoio: LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação . 5ed. Porto Alegre: MGH, 2014.
26/09	Comunicação Aplicada

Sábado 9h00-12h00	Material de apoio: ROSENBERG, Marshall, Comunicação Não Violenta . São Paulo: Ágora, 2006.
03/10 Sábado 9h00-12h00	Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Conciliação. Material de apoio: Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económicos (OCDE). Recomendação Do Conselho Relativa Às Linhas Directrizes Que Regem A Protecção Dos Consumidores No Contexto Do Comércio Electrónico Disponível em https://www.oecd.org/sti/consumer/34023696.pdf CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação . Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/ CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e conciliação . 3 ed. Gazeta jurídica, 2015. WARAT, Luis Alberto. Surfando na Pororoca: o ofício do Mediador . Vol. III. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.
16/10 Sexta-feira 15h00-18h00	Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Novas Tecnologias (Online Dispute Resolution (ODR)) Material de apoio: BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde . Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: http://www.socinfo.ogr . Acesso em: 20 dez. 2018.
24/10 Sábado 9h00-12h00	Mediação Internacional Material de Apoio: CONVENÇÃO DE SINGAPURA SOBRE MEDIAÇÃO. Disponível em https://www.singaporeconvention.org/ MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACHADO, Juliano Rossi. Negociação internacional . São Paulo: Atlas, 2004.
7/11 Sábado 9h00-12h00	Arbitragem (Lei nº 9.307/1996) Material de Apoio: DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual . Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf .
21/11 Sábado 9h00-12h00	Regulamento da arbitragem e mediação. Aspectos práticos e procedimentais Material de Apoio: TIMM, Luciano. Arbitragem nos contratos empresariais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões . In FREIRE, Alexandre <i>et al</i> (Org.). Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil . Vol. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, pp. 583/604. Regulamento da CAMARB: http://camarb.com.br/mediacao/regulamento/
28/11 Sábado 9h00-12h00	Arbitragem na Administração Pública e Coletiva Material de Apoio: MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e Administração Pública . In: Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015.

	<p>NERY, Ana Luisa. Arbitragem coletiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.</p> <p>SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. <i>In Revista Húmus</i>. V. 9, n. 25 (2019). Disponível em http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853</p>
<p>5/12 Sábado 9h00-12h00</p>	<p>Jurimetria e análise preditiva para negociação, mediação, conciliação e arbitragem.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). Por que usar R para a Jurimetria? Publicado em 01 mar 2020. Disponível em https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/</p>

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

Para a conclusão da disciplina com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) avaliada no contexto global de participação em aula e resultado de aprendizagem (valor 1,0). Assim, a avaliação é compreendida como:

a participação ativa em aula, no valor de 0,10 por encontro que, ao final somará 1,0;

a realização e entrega das atividades de fichamento de textos indicados à leitura, oportunamente, no valor total de 0,0 a 3,0 pontos, a depender da avaliação;

a elaboração e entrega, no prazo, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 6,0. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 0,5 ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil**: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). **Por que usar R para a Jurimetria?** Publicado em 01 mar 2020. Disponível em <https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/>. Acesso em 19/04/2021

TRECENTI, Julio. **Por que usar R para a jurimetria?** [S. l.]: ABJ, 01 mar. 2020. Disponível em: <https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/>. Acesso em: 19/04/2021.

BANOV, M. R. **Psicologia no gerenciamento de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2013.

BERGAMINI, C.W. **Administração do sentido**. São Paulo: atlas, 2009.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília, DF: MCT, set. 2000. Disponível em: <http://www.socinfo.org>. Acesso em: 19/04/2021.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e conciliação**. 3. ed. Gazeta jurídica, 2015.

CARVALHAL, Eugênio *et al.* **Negociação e administração de conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CIALDINI, Robert. **O poder da persuasão**. São Paulo: Campus, 2007.

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation. **European Journal of Law and Economics**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Conciliação e mediação**. Brasília, DF: CNJ, [2021?]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/>. Acesso em: 19/04/2021.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, Sept. 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2726775>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil: evolução histórica e conceitual. **Revista Jurídica**, [s. l.], n. 22, 2021. Disponível em [http://https://escolamp.org.br/revistajuridica/22_05.pdf](https://escolamp.org.br/revistajuridica/22_05.pdf). Acesso em: 19/04/2021.

DEUTSCH, Morton. Conflict resolution: theory and practice. **Political Psychology**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 431-453, 1983.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim**: negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

FRIEDMAN, Lawrence M. Litigância e sociedade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 263, p. 13-34, maio/ago. 2013.

GUERRERO, Luis Fernando. **Convenção de arbitragem e processo arbitral**. São Paulo: Atlas, 2010.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. *In*: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (ed.). **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

- LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. **Fundamentos de negociação**. 5. ed. Porto Alegre: MGH, 2014.
- MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACHADO, Juliano Rossi. **Negociação internacional**. São Paulo: Atlas, 2004.
- MARTINS, Pedro Antonio Batista. **Reflexões sobre arbitragem**: in memoriam do desembargador Cláudio Vianna de Lima. São Paulo: Ltr, 2002.
- MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e administração pública. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015.
- MORAIS, Jose Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem**: alternativas à jurisdição! Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- NERY, Ana Luisa. **Arbitragem coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- OLIÚ, Alejandro Abal. La prueba del derecho en el proceso jurisdiccional. **Revista de Derecho**, Montevideo, v. 8, n. 8, p. 11-80, nov. 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Diretrizes para a mediação eficaz**. Nova York: UNDPA, 2015. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDP A2012_pt_Jun2015correction_0.pdf. Acesso em: 19/04/2021.
- PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.
- RODOVALHO, Thiago; CAHALI, Francisco José. A arbitragem no novo CPC - primeiras Impressões. In: FREIRE, Alexandre *et al* (org.). **Novas tendências do Processo Civil**: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil. Salvador: JusPodivm, 2014. v. 2, p. 583-604.
- ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.
- SHAUL, I. International Negotiation. **Marketing from Information to Decision**: proceedings of the international conference marketing, [s. l.], n. 5, p. 455-461, Dec. 2012. Disponível em <http://www.brill.com/international-negotiation>. Acesso em: 19/04/2021.
- SILVA, Eduardo Silva da. **Arbitragem e direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. In **Revista Húmus**, [s. l.], v. 9, n. 25, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853>. Acesso em: 19/04/2021.
- STONE, Katherine V. W. **Private justice**: the law of ADR. [s. l.]: University Casebook Series, 2003.
- STRENGER, Irineu. **Arbitragem comercial internacional**. São Paulo: LTR, 1996.
- THOMAS, David C.; INKSON, kerr. **Inteligência cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- TIMM, Luciano Benetti. **Arbitragem nos contratos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

URY, William. **Supere o não**: negociando com pessoas difíceis. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

URY, William. **O poder do não positivo**. São Paulo: Elsevier, 2007.

VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. **Arbitragem no direito societário**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na Pororoca**: o ofício do Mediador. v. 3. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

ZHAO, J. The Chinese approach to international business negotiation. **Journal of Business Communication** [s. l.], v. 37. n. 3, p. 209-237, July 2000. Disponível em <http://www.businesscommunication.org/jbc>. Acesso em: 19/04/2021.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Gerenciamento de Risco Empresarial

Semestre: 2021/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112158

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Governança dos Riscos. Regulação de Riscos (risk-based regulation). O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos para gerenciamento de riscos. Instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos ambientais. Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;
- Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos;
- Adaptação a novos cenários;
- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;
- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;
- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em Seminários sobre os temas das aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco: uma referência para a tomada de riscos empresariais**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo largo, v. 12, n. 2, p. 156-172, 2013. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FISHER, Elizabeth. **Risk: regulation and administrative constitutionalism**. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do Direito**. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. [S. l.]: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. São Paulo: SENAC, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. In: FACHIN, Luiz Edson. **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar: law, science, and technology in america**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. In: LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Torres Nafarrate. Petrópolis: Vozes, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común los modelos de propiedad intelectual:

La garantía de un nuevo sistema civil. *In*: SÁNCHEZ, Helena Nadal. **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental: fundamentos, políticas e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe: environmental action for a post-katrina world**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção**. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO**Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios**Nível: Mestrado Doutorado**Disciplina:** Gestão da Inovação**Ano/Semestre:** 2021/1**Carga horária:** 30 horas/aula **Créditos:** 2 créditos**Área temática:** Direito**Código da disciplina:** 112155**Professor:** Silvio Bitencourt da Silva**EMENTA**

Processos de estratégia de inovação nas organizações. Os processos de inovação nas organizações e seu impacto na cultura das empresas. Conceitos e tipologias de inovação. Gestão da inovação e características das organizações inovadoras. Inovação sustentável, aberta e colaborativa. Sistemas regional e nacional de inovação. Dinâmica das redes de inovação.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
Aula 01	Gestão da inovação	JOE, T. I. D. D.; BESANT, Joe; PAVITT, Keith. Inovação – O que é e por que importa. Gestão da inovação . São Paulo: Artmed, 2008. (Cap. 1) TROTT, Paul J. Gestão da inovação: uma introdução. Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos . Bookman Editora, 2012. (Cap. 1)
Aula 02	A natureza da inovação e os desafios da gestão da inovação	SALTER, A.; ALEXY, O. The Nature of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 2) TIDD, Joe; BESSANT, John. Innovation management challenges:

		From fads to fundamentals. International Journal of Innovation Management , v. 22, n. 05, p. 1840007, 2018.
Aula 03	Conhecimento e inovação	COHEN, W. C.; LEVINTHAL, D.A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation, Administrative Science Quarterly . Volume 35, Issue 1 pg. 128-152, 1990. NONAKA, I; KODAMA, M; HIROSE, A; KOHLBACHER, F. Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation – A new paradigm for organizational theory. European Management Journal , 2013.
Aula 04	Desenvolvimento de produtos	COOPER, R. Perspective: The Stage-Gates Idea-to-Launch Process — Update, What’s New, and NexGen Systems. The Journal of product innovation management . V. 25, p. 213–232, 2008. BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. Business Horizons , V. 55, 293—305, 2012.
Aula 05	Ecosistemas de inovação	MALERBA, F.; ADAMS, P. Sectoral Systems of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 10) AUTIO, E.; THOMAS, L. D. W. Innovation Ecosystems: Implications for Innovation Management? In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 11).
Aula 06	Inovação aberta	CHESBROUGH, Henry. The era of open innovation. MIT Sloan Management Review , v.44, n.3, p.33-41, 2003. ALEXY, O.; DAHLANDER, L. Managing Open Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 22) MARCOLIN, Federica; VEZZETTI, Enrico; MONTAGNA,

		Francesca. How to practise Open Innovation today: what, where, how and why. Creative Industries Journal , v. 10, n. 3, p. 258-291, 2017.
Aula 07	Colaboração	<p>DOGSON, M. Collaboration and Innovation Management. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 23)</p> <p>VON HIPPEL, E.; OGAWA, S.; DE JONG, J. The Age of the Consumer-Innovator. MIT Sloan Management Review, Fall, 2011.</p> <p>PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-Creation Experiences: The Next Practice in Value Creation. Journal of Interactive Marketing, v. 18, n.3, p.5-14, 2004.</p>
Aula 08	Inovação em modelo de negócios	<p>MASSA, L.; TUCCI, C. Business Model Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 21)</p> <p>FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Fifteen years of research on business model innovation: How far have we come, and where should we go?. Journal of Management, v. 43, n. 1, p. 200-227, 2017.</p> <p>FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Business models and business model innovation: Between wicked and paradigmatic problems. Long Range Planning, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2018.</p>
Aula 09	Gestão da inovação digital	<p>NAMBISAN, Satish et al. Digital Innovation Management: Reinventing innovation management research in a digital world. Mis Quarterly, v. 41, n. 1, 2017.</p> <p>VAN ALSTYNE, Marshall W.; PARKER, Geoffrey G.; CHOUDARY, Sangeet Paul. Pipelines, platforms, and the new rules of strategy. Harvard Business Review, v. 94, n. 4, p. 54-62, 2016.</p> <p>KOHLI, Rajiv; MELVILLE, Nigel P. Digital innovation: A review and synthesis. Information Systems Journal, v. 29, n. 1, p. 200-223,</p>

		2019.
Aula 10	Startups	<p>BLANK, Steve. Why the lean start-up changes everything. Harvard Business Review, v. 91, n. 5, p. 63-72, 2013.</p> <p>WEIBLEN, Tobias; CHESBROUGH, Henry W. Engaging with startups to enhance corporate innovation. California Management Review, v. 57, n. 2, p. 66-90, 2015.</p> <p>ALDRICH, Howard E.; RUEF, Martin. Unicorns, gazelles, and other distractions on the way to understanding real entrepreneurship in the United States. Academy of Management Perspectives, v. 32, n. 4, p. 458-472, 2018.</p>

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 60 - 90 minutos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos; ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Gestão de ideias para inovação contínua**. Bookman Editora, 2009.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2009.

BURGELMAN, Robert A.; CHRISTENSEN, Clayton M.; WHEELWRIGTH, Steven C. **Gestão estratégica da tecnologia e da inovação: conceitos e soluções.** [S. l.]: AMGH Editora, 2013.

CHRISTENSEN, Clayton M. **O dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso.** [S. l.]: M. Books Editora, 2019.

CHRISTENSEN, Clayton. **Muito além da sorte: processos inovadores para entender o que os clientes querem.** [S. l.]: Bookman Editora, 2018.

CRAINER, Stuart; DEARLOVE, Des. **Inovação: como levar sua empresa para o próximo nível.** [S. l.]: Bookman Editora, 2014.

DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert D. **As regras da inovação.** Porto Alegre: Bookman, 2009.

DRUKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios.** São Paulo: Pioneira, 1987.

JOHNSON, Steven; BORGES, Maria Luiza X. de A. **De onde vem as boas ideias.** [S. l.]: Zahar, 2011.

KEELEY, Larry *et al.* **Dez tipos de inovação.** DVS Editora, 2016.

PETERS, Tom. **O círculo da inovação: você não deve evitar o caminho para o seu sucesso.** São Paulo: Harbra, 1998.

RIES, Eric. **A startup enxuta.** Leya, 2012.

RIES, Eric. **O estilo startup: como as empresas modernas usam o empreendedorismo para se transformar e crescer.** [S. l.]: LEYA, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária: 15

horas/aula **Créditos:** 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112163

Professor: Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Data	Tema	Texto base
Aula 1	Apresentação da disciplina. Discussão sobre a temática e avaliação. Preparando-se para o futuro!	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 319-336.
Aula 2	Primeira parte: Advocacia é um negócio?	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 3-11.

	Segunda parte: Law Firm economics 101	DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future.</i> Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-26.
Aula 3	Primeira parte: Financial Management Segunda parte: Smarter Princing, Smarter Profit	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth.</i> 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 137-153. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for</i>
		<i>the law firm of the future.</i> Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-27.
Aula 4	Primeira parte: Gestão do Tempo Segunda parte: Risk Management	JARMON, Amy L. <i>Time and workplace management for lawyers.</i> Chicago: Aba publishing, 2013, p. 23-56. POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth.</i> 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 219-226.

Aula 5	Marketing na advocacia	VERCAMMEN, Kenneth. <i>Smart marketing for the small firm lawyer.</i> Chicago: Aba publishing, 2014.
--------	------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros com apresentação oral e entrega de um plano de apresentação com indicações bibliográficas (50% da nota final); 2. entrega do trabalho final, consistente na elaboração de um pequeno vídeo com orientações para os advogados em torno de 5 minutos (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORANGA, Anna Luiza; SALOMÃO, Simone Viana (coord.). **Direito, gestão e prática: administração legal para advogados.** São Paulo: Saraiva: FGV, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei (coord.). **Direito, gestão e prática: estratégias processuais na advocacia empresarial.** São Paulo: Saraiva: Direito GV, 2011.

DODDS, Stuart J. T. **Smarter pricing, smater profit: a guide for the law firm of the future.** Chicago: Aba publishing, 2014.

JARMON, Amy L. **Time and workplace management for lawyers.** Chicago: Aba publishing, 2013.

LAMBRETH, Susan Raridon; RUEFF JUNIOR; David A. **The power of legal project management.** Chicago: Aba publishing, 2014.

LAVELLE, Kerry M. **The business guide to law: creating and operating a successful Law firm.** Chicago: Aba publishing, 2015.

LEITE, Leonardo Barém. **Gestão estratégica do departamento jurídico moderno.** Curitiba: Juruá. 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. **Planejamento e gestão para escritórios de advocacia**. São Paulo: Magister, 2011.

POLL, Edward. **The business of law: planning and operating for survival and growth**. 3. ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

PRADO, Roberta Nioac (coord.). **Direito, gestão e prática: empresas familiares: governança corporativa, governança familiar, governança jurídica**. São Paulo: Saraiva: FGV, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro**. Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

BALAS, Aron *et al.* **The divergence of legal procedures**. Cambridge, United States: National Bureau of Economic research, 2008. (Working paper, 13809). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>. Acesso em: 02/04/2021.

BANCO MUNDIAL. **Fazendo com que a justiça conte: medindo e aprimorando o desempenho do judiciário no Brasil**. Brasília, DF: Banco Mundial, 2004. (Relatório, 32789-BR). Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/29Justica.pdf>. Acesso em: 02/04/2021.

CAIN, George H. **Turning points: new paths and second careers for lawyers**. Chicago: Aba publishing, 1994.

KOBAYASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. *In*: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (ed.) **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>. Acesso em: 01/05/2021.

KRIEGER, Stefan H.; NEUMANN JUNIOR, Richard K. **Essential lawyering skills: interviewing, counseling, negotiation, and persuasive fact analysis**. 4. ed. Nova York: Wolters Kluwer, 2011.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say? **Texas Law Review**, Austin, v. 80, p. 1943-1983, June 2002. Disponível em: http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR-2002.pdf. Acesso em: 01/05/2021.

MELCHER, Michael F. **The creative lawyer: a practical guide to authentic professional satisfaction**. Chicago: Aba publishing, 2007.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PARNELL, David J. **The failing law firm: symptoms and remedies**. Chicago: Aba publishing, 2014.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VERCAMMEN, Kenneth. **Smart marketing for the small firm lawyer**. Chicago: Aba publishing, 2014.

WALTON, Kimn Alayne. **What Law school doesn't teach you...but you really need to know: Expert tips & strategies for making your legal career a huge success**. Chicago: Harcourt Legal & Professional Publications, 2000.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Governança Corporativa

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Dr. Cristiano Machado Costa

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função-objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos internos e externos de governança; Panorama da governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança; Principais pesquisas sobre governança corporativa; Aspectos metodológicos das pesquisas sobre governança corporativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I

Definições e mecanismos de Governança Corporativa. Teoria de Agência: princípios básicos e problema do Principal-Agente.

- Módulo II

Controle x Propriedade. Conselhos de Administração. Remuneração de Executivos e mecanismos de incentivos. Estrutura de Capital. Políticas de Dividendos. Evidenciação Voluntária e Obrigatória. Oferta Hostil, Investidores Institucionais e Tópicos Especiais em Governança.

- Módulo III

Governança Corporativa e Valor. Governança Corporativa no Brasil: Práticas Recomendadas, Voluntárias e Obrigatórias. Ambiente Regulatório Brasileiro e Internacional. Governança Corporativa no Mundo.

- Módulo IV

A Literatura sobre Governança Corporativa no Brasil. Governança Corporativa em Empresas Não-Listadas: Estudos de Caso. Apresentação de Estruturas de Governança (atividade avaliativa).

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/5 da nota final.
- Apresentação de Estrutura (última aula) – 2/5 da nota final.
- Trabalho (entrega na última aula) - 2/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, Renee B.; FERREIRA, Daniel. A theory of friendly boards. **The Journal of Finance**, [s. l.], v. 62, n. 1, p. 217-250, 2007.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. **Handbook of law and economics**, [s. l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

BLACK, Bernard S.; CARVALHO, Antonio Gledson de; SAMPAIO, Joelson Oliveira. The evolution of corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, [s. l.], v. 20, p. 176-195, 2014.

CLAESSENS, S. Corporate governance and development. **The World Bank Research Observer**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 91-122, 2006.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S. l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Lausanne, v. 3, p. 305-360, Oct. 1976.

MORCK, Randall K. (ed.). **A history of corporate governance around the world**. Chicago: National Bureau of Economic Research NBER, 2005.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, [S. l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

TRICKER, Ri Bob. **Corporate governance: principles, policies, and practices**. [S. l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael V. X.; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Harcourt, 1932.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

COSTA, Cristiano Machado *et al.* Non-compliance in executive compensation disclosure: the brazilian experience. **Journal of Business Finance & Accounting**, [s. l.], v. 43, n. 3-4, p. 329-369, 2016.

COSTA, Cristiano M. *et al.* Family management: creating or destroying firm value: **Economics Bulletin**, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 2292-2302, 2014.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf. Acesso em: 24 jun. 2016.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, New York, v. 54, p. 471-517, 1999.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). **Journal of Accounting Research**, [s. l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **G20/OECD Principles of Corporate Governance**. Paris: OECD Publishing, 2015.

SCHMIDT, Breno. Costs and benefits of friendly boards during mergers and acquisitions. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 117, n. 2, p. 424-447, 2015.

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 635-674, out./dez. 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Marciano Buffon e Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Inovação: elementos definidores e espécies. A Revolução Tecnológica e a Inovação na Sociedade do Conhecimento. Gestão da Inovação e a globalização econômica. A inovação como instrumento de sustentabilidade e competitividade. O Estado como indutor do desenvolvimento. Extrafiscalidade: contornos conceituais. Benefícios Fiscais. Extrafiscalidade e Inovação: políticas fiscais de incentivo. Lei de Inovação. Lei do Bem. PADIS. Legislação gaúcha de inovação.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
Aula 01	Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais	<p>BUFFON, Marciano. Johnny versus João: uma estória sobre a hipocrisia e a injustiça fiscal brasileira. In: Luciana Turatti; Fernanda Storck Pinheiro. (Org.). Direitos humanos na contemporaneidade. 01ed.LAJEADO - RS: UNIVATES, 2018, v. 01, p. 173-182.</p> <p>COLLIER, Paul. O estado ético, p. 55-79. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019.</p> <p>COLLIER, Paul. A empresa ética, p. 81-113. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM.</p> <p>COLLIER, Paul. As novas inquietações, p. 3-26. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019</p>
Aula 02	Incentivos fiscais e extrafiscalidade	<p>BUFFON, Marciano; JACOB, Lilian Ramos. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. Direito e Desenvolvimento, v. 6, n. 2, p. 121-144, 2016.</p> <p>LAKS, Larissa Rodrigues. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. Revista do Direito Público, v. 11, n. 2, p. 230-259, 2016.</p> <p>PSCHEIDT, Kiristian Rodrigo; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Políticas macroeconômicas: Erros e acertos de uma política extrativa. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 112, p. 231-269, 2016.</p>

Aula 03	Fontes de fomento à inovação	<p>AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. Estudos Econômicos, v. 46, n. 3, p. 609-642, 2016.</p> <p>PORTO, Geciane Silveira; MEMÓRIA, Caroline Viriato. Incentives for technological innovation: a study of the public policy of tax exemption in Brazil. Journal of Public Administration, 2019, 53.3: 520-541.</p> <p>SANTOS, Fabio Gomes dos; TONETTI, Rafael Roberto Hage; MONTEIRO, Vítor. Desafios jurídicos para o fomento financeiro da inovação pelas empresas, p. 177 -212. In: Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.</p>
Aula 04	Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	<p>BRULAND, K.; MOWERY, D. C. Innovation through Time. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006.</p> <p>LUNDEVALL, B.; BORRÁS, S. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006.</p> <p>TÖDTLING, Franz; TRIPPL, Michaela. One size fits all?: Towards a differentiated regional innovation policy approach. Research policy, v. 34, n. 8, p. 1203-1219, 2005.</p>
Aula 05	Política de Inovação	<p>EDLER, Jakob; FAGERBERG, Jan. Innovation policy: What, why, and how. Oxford Review of Economic Policy, v. 33, n. 1, p. 2-23, 2017.</p> <p>FAGERBERG, J. Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. Journal of Economic Surveys, 2016.</p> <p>SCHOT, Johan; STEINMUELLER, W. Edward. Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. Research Policy, v. 47, n. 9, p. 1554-1567, 2018.</p>
Aula 06	O Sistema de Inovação Brasileiro: uma proposta de política orientada por missões	<p>CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena MM. Políticas de inovação e desenvolvimento. Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais/organização de Diogo R. Coutinho, Maria Carolina Foss, Pedro Salomon B. Mouallem.—São Paulo: Blucher, 2017.</p> <p>MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Portfolio-Penguin, 2014.</p> <p>MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal. 2016.</p>
Aula 07	Inovação na agenda política brasileira Parte I	<p>BRASIL. Emenda Constitucional no 85. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-85-26-fevereiro-2015-780176-publicacaooriginal-146182-pl.html. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI). Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, Brasília, 2016 Disponível em: https://portal.inpa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. ‘Marco Legal da Inovação’ conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), regulamentado pelo Decreto nº 9.283, alterando</p>

		<p>a Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2004, já modificada pela Lei nº 13.243, de 2016), Lei das Licitações (art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993), o art. 1º da Lei nº 8.010, de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.html. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2016 (Ementa: Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125998. Acesso em: 20/03/2020.</p>
Aula 08	Inovação na agenda política brasileira Parte II	<p>BRASIL. Plano Plurianual 2016-2019. Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf/view. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº13.971, de 27 de dezembro de 2019 que institui o ‘Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2020_2023/Lei/Lei13.971-2019.pdf. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Plano de ação para a promoção da inovação tecnológica: 2018-2022 / Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/plano_acao_promocao_inovacao_tecnologica.pdf. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº1.122, de 19 de março de 2020, que define ‘as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1122_de_19032020.html. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº1.329, de 27 de março de 2020, que ‘altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.329-de-27-de-marco-de-2020-250263672. Acesso em: 30/03/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº6.762, de 17 de dezembro de 2019, que ‘institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores - PNI, visando fomentar o surgimento e a consolidação de ecossistemas de inovação e de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no País’. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-6.762-de-17-de-dezembro-de-2019-234748537. Acesso em: 30/03/2020.</p>
Aula 09	Apoio Financeiro Indireto: Incentivos Fiscais	<p>MARQUES, Fabrício. Política industrial em xeque. Pesquisa FAPESP, 2017, p.34-37, 251.</p> <p>BRASIL. Lei nº11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Regime</p>

<p>- Lei do Bem - Rota 2030 - Política industrial para o setor TICs e para o setor de semicondutores</p>	<p>Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; ‘dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica’; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o ‘Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística’; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nº 9.440, de 14 de março de 1997, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13755.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº13.969, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a ‘política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores’ e altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13969.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº1.294, de 26 de março de 2020, que regulamenta a apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro, de que trata o art. 5º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, para fins de fruição do incentivo previsto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1294_de_26032020.html. Acesso em: 27/03/2020.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>BRASIL. Decreto nº10.356, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação (Lei de Informática) que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10356.htm. Acesso em: 21/05/2020.</p> <p>BRASIL. Instrução Normativa nº1.953, de 21 de maio de 2020, que disciplina a compensação dos créditos financeiros (Lei de Informática e PADIS) de que tratam o art. 7º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o art. 4º-C da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-1.953-de-21-de-maio-de-2020-258046684. Acesso em: 22/05/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº2.796, de 30 de junho de 2020, que regulamenta apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro no âmbito do PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.796-de-30-de-junho-de-2020-265867451. Acesso em: 01/07/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº2.861, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades relacionadas ao PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.861-de-8-de-julho-de-2020-267031334. Acesso em: 09/07/2020.</p>
Aula 10	<p>Apoio Financeiro Indireto: Investimento Obrigatório</p> <p>- Cláusula de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (Cláusula de PD&I) - Programa de P&D da ANEEL</p>	<p>BRASIL. Lei nº9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p>

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos

textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 45 - 60 minutos da aula.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORRÁS, Susana; EDQUIST, Charles. **Holistic innovation policy: theoretical foundations, policy problems, and instrument choices.** Oxford: Oxford University Press, 2019.

BUFFON, Marciano; VON HOHENDORFF, Raquel; BARCELLOS, Vinicius de Oliveira. como os tributos morrem: a necessária (re) legitimação dos tributos no século XXI. **Revista Direitos Culturais**, [s. l.], v. 15, n. 36, p. 269-305, 2020.

COSTA, Achyles Barcelos da. Teoria econômica e política de inovação. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 281-307, 2016.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU ideias**, ano 4, n. 47, p. 1-16, 2006.

DIAMOND, Jared M. **Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso.** [S. l.]: Editora Record, 2005.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas.** [S. l.]: Editora Record, 2017.

DIAMOND, Jared. **Reviravolta: como indivíduos e nações bem-sucedidas se recuperam das crises.** [S. l.]: Editora Record, 2019.

EDLER, Jakob; GEORGHIOU, Luke. Public procurement and innovation: resurrecting the demand side. **Research policy**, [s. l.], v. 36, n. 7, p. 949-963, 2007.

EDQUIST, Charles. Innovation policy: a systemic approach. *In*: ARCHIBUGI, Daniele; LUNDVALL, Bengt-Ake (ed.). **The globalizing learning economy.** Oxford: OUP, 2002. p. 219-238. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228866782_Innovation_Policy-A_Systemic_Approach. Acesso em: 21/03/2021.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno.** [S. l.]: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. **Où atterrir? Comment s'orienter en politique.** [S. l.]: La découverte, 2017.

PIKETTY, Thomas. Introdução. *In*: PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Editora Intrínseca, 2014. p. 9-42.

ROBINSON, James; ACEMOGLU, R. **Why nations fail.** New York: Crown Publishing

Group, 2012.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. [S. l.]: Edipro, 2019.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. **Aplicando a quarta revolução industrial**. [S. l.]: Edipro, 2019.

SCHWAB, Klaus; MALLERET, Thierry. **COVID-19: the great reset**. [S. l.]: Forum Publishing, 2020.

SICSÚ, A. B. Desenvolvimento e padrões de financiamento da inovação no Brasil: mudanças necessárias. *In*: PROENÇA, Adriano *et al.* **Gestão da inovação e competitividade no Brasil**: da teoria para a prática. [S. l.]: Bookman Editora, 2015.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Insolvência e Recuperação Empresarial

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121798

Professores: Lais Machado Lucas

EMENTA

Análise dos institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial, tanto no âmbito nacional quanto internacional e seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Recuperação judicial e extrajudicial e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Recuperação judicial: pressupostos e condições do pedido de recuperação, verificação dos créditos.
- Órgãos concursais: administrador judicial, comitê de credores, assembleia geral de credores.
- Efeitos da recuperação quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Plano de recuperação: fase de observação, fase de cumprimento, convalidação da recuperação em falência.
- Falência e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Pressupostos e condições da ação falimentar, processamento, sentença, recursos cabíveis.
- Fase falimentar: formação da massa objetiva, arrecadação, liquidação do ativo, ações falimentares, responsabilidade dos sócios e administradores da sociedade, formação da massa subjetiva, verificação e classificação dos créditos, formação do quadro geral de credores, pagamento, sentença de encerramento.
- Efeitos da falência quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.

- Fase pós-falimentar: extinção das obrigações, reabilitação.
- Crimes Falimentares.
- Temas especiais de direito concursal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BUSCHINELLI, Gabriel Saad Kik. **Abuso do direito de voto na Assembleia Geral de Credores**. São Paulo: Quartier Latin, 2014

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro. **Financiamento na recuperação judicial e na falência**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; VON ADAMEK, Marcelo Vieira. (coord.). **Temas de direito empresarial e outros estudos: em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães**. São Paulo: Malheiros, 2014.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise: comparação com as posições do direito europeu**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IMHOF, Cristiano. **Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord.). **Direito falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas: Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e LC 118 de 9 de fevereiro de 2005**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

SANTOS, Paulo Penalva (coord.). **A nova lei de falência e de recuperação de empresas: lei nº 11.101/05**. Rio de Janeiro: 2007.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes; MARTIN, Antonio; ZANINI, Carlos Klein; MUNHOZ, Eduardo Secchi; FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; NOSTRE, Guilherme *et al.* **Comentários à lei de recuperação de empresas e falências: Lei 11.101/2005 - artigo por artigo**. 2. ed. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2007.

SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro. **Recuperação de empresas e falência**: teoria e prática na Lei 11.101/2005. São Paulo: Almedina, 2016.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique (coord.). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 4. ed. [S. l.: s. n.], 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. A desconsideração da personalidade jurídica e a falência. *In*: ESTEVEZ, André Fernandes; JOBIM, Marcio Felix (org.). **Estudos de Direito Empresarial**: homenagem aos 50 anos de docência do Professor Peter Walter Ashton. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Juízo universal e pedido de restituição na recuperação judicial (Jurisprudência comentada). **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 972, p. 403-408, out. 2016.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. O poder dos credores e o poder do juiz na falência e recuperação judicial. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 936, p. 43-71, out. 2013.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira; SILVA, Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e. Da cessão fiduciária de crédito na recuperação judicial: análise da jurisprudência. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, v. 16, n. 39, p. 9-19, jan./mar. 2015.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder. A prevalência da vontade da assembléia-geral de credores em questão: o cram down e a apreciação judicial do plano aprovado por todas as classes. **Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 45, n. 143, p. 202-242, jul. 2006.

FRANCO, Vera Helena de Mello. A crise econômica e a reforma do direito concursal no continente europeu: função social ou manutenção da atividade? **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 936, p. 73-112, out. 2013.

LOBO, Jorge Joaquim. Responsabilidade por obrigações e dívidas da sociedade empresária na recuperação extrajudicial, na recuperação judicial e na falência. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 355, p. 47-57, maio 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Criação de subsidiária integral nos termos do artigo 50, inciso II, da Lei nº 11.101/05, objetivando gerar recursos para saldar obrigações de empresa em recuperação judicial. As empresas criadas nos termos dos referidos dispositivos não carregam as responsabilidades da empresa em recuperação. Declaração de inidoneidade da empresa mãe não se transfere para a empresa criada por determinação judicial (Parecer). **Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, Porto Alegre, v. 9, n. 54, p. 36-58, dez./jan. 2013.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Anotações sobre os limites do poder jurisdicional na apreciação do plano de recuperação judicial. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 10, n. 36, p. 184-199, abr./jun. 2007.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Cessão fiduciária de direitos de crédito e recuperação judicial de empresa. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 29, n. 105, p. 33-47, set. 2009.

SPINELLI, Luis Felipe; SILVA, Rodrigo Tellechea; SCALZILLI, João Pedro. Os efeitos do aval na recuperação judicial e na falência. **Revista do Advogado**, São Paulo, n. 131, p. 109-122, out. 2016.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. O plano de recuperação e o controle judicial da legalidade. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 16, n. 60, p. 307-324, abr./jun. 2013.

WAISBERG, Ivo. A garantia real sobre bem de terceiro e a sua classificação para fins da recuperação judicial. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 73-81, out./nov. 2014.

WAISBERG, Ivo; LIMA, Stefan Lourenço de. Fundos de investimento e sua utilização em recuperação judicial: aspectos relevantes. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 16, n. 60, p. 205-221, abr./jun. 2013.

WAISBERG, Ivo. Justiça do trabalho e recuperação judicial (jurisprudência comentada). **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 245-258, jul./set. 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Temas de Direito Societário

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121799

Professores: Lais Machado Lucas e Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Analisa a origem dos seus institutos típicos do direito societário e sua conformação no atual direito de empresa, a partir do entendimento do fenômeno empresarial em suas mais variadas dimensões, em especial jurídica, econômica e seus impactos sociais. Trabalha com as variedades dos tipos societários relacionando-os com as especificidades dos interesses empresariais, atentando para as soluções normativas nacionais e também internacionais, em perspectiva de direito comparado, sem perder de vista as funcionalidades do direito de empresa em um contexto de internacionalização cada vez mais relevante e de impacto exponencial de novas tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Empresarial: noções gerais, histórico e fontes;
- Teoria da empresa e do estabelecimento empresarial;
- O empresário individual. As sociedades empresárias e simples;
- Sociedades limitadas, sociedades anônimas e outras formas legais;
- Transformação, incorporação, fusão e cisão;
- Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.
- Sociedades controladoras e controladas.
- Poder de controle. Alienação e transferência de controle societário. Acionistas controladores. Bloco de controle.
- Acionistas minoritários e sua tutela jurídica.
- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores, BACEN, e demais órgãos e entidades relevantes.

- Responsabilidade dos administradores, controladores, sócios, acionistas e terceiros.
- Direito societário e processo.
- Atos societários e outros instrumentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ASCARELLI, Túlio. **Problemas das sociedades anônimas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.
- BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- CAMPINHO, Sérgio. **O Direito de empresa à luz do novo Código Civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- CARVALHOSA, Modesto de. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O Poder de controle na sociedade anônima**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo (coord.). **Direito das companhias**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2009. 2v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARBI FILHO, Celso. **Acordo de acionistas**. São Paulo: Saraiva, 1993.
- BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The modern corporation and private property**. 9th ed. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2007.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- EASTERBROOK, Frank H.; FISCHER, Daniel R. **The economic structure of corporate law**. [S. l.]: Harvard University Press, 1996.
- FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Conflito de interesses nas assembléias de S.A.** São Paulo: Editora Malheiros. 1993
- FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Invalidez das deliberações de assembléia das S.A.** São Paulo: Editora Malheiros. 1999.
- FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes; VON ADAMEK, Marcelo Vieira. *Affectio societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social*. In: FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes; VON ADAMEK,

Marcelo Vieira. **Direito societário contemporâneo I**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009.

HOPT, Klaus J. Deveres legais e conduta ética de membros do conselho de administração e de profissionais. Tradução de Erasmo Valladão A. e N. França e Mauro Moisés Kertzer. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo: n. 144, p. 107-119, out./dez. 2006.

KRAAKMAN, Reinier *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LIMA, Osmar Brina Corrêa. **A reforma da Lei das Sociedades Anônimas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Empresa contemporânea e Direito Societário: poder de controle e grupos de sociedade**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo. **A lei das S.A.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1997. 2v.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Aumento de capital nas sociedades anônimas**. São Paulo. Editora Saraiva. 1998.

TEIXEIRA, Egberto Laceda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Das Sociedades anônimas no direito brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Bushatsky, 1979. 2v.

VON ADAMEK, Marcelo Vieira. **Responsabilidade civil dos administradores de S/A (e as ações correlatas)**. São Paulo: Saraiva, 2009.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Mercado Financeiro e de Capitais e Economia Internacional

Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professor: João Zani

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos relativos ao mercado financeiro e de capitais, propiciando um maior conhecimento sobre o ambiente no qual se situa a empresa em suas relações internas e externas, com vistas a desenvolver as competências necessárias para saber atuar nos âmbitos consultivo e contencioso da advocacia empresarial e atividades afins. Teorias do Comércio Internacional: das vantagens absolutas de Adam Smith à nova Teoria do Comércio Internacional. Teoria e Prática da Política Comercial. O Multilateralismo e a Estrutura de Comércio administrada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Blocos Econômicos: teoria, mensuração e evidência. Balanço de Pagamentos e Câmbio. O Setor Externo da Economia Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Mercado financeiro e de capitais o Fundamentos.
Sistema Financeiro Nacional o Mercados monetário, de crédito, de capitais, e cambial
- Multilateralismo e Comércio Internacional o Teorias de Comércio Internacional o Balanço de Pagamentos o Blocos econômicos, Mercosul o Organização Mundial do Comércio - OMC

AVALIAÇÃO

20% Participação em Sala de Aula.

80% Estudos de Caso / Apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERR, Roberto. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BACHA, Edmar. **Estado da economia mundial desafios e respostas: seminário em homenagem a Pedro Malan**. Rio de Janeiro LTC. 2015.

EIZIRIK, Nelson *et al.* **Mercado de capitais: regime jurídico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Balance of payments and international investment position manual**. Washington: International Monetary Fund, 2009.

LOSS, Louis; SELIGMAN, Joel. **Fundamentals of securities regulation**. 5. ed. New York: Aspen Publishers, 2004.

PROENÇA, José Marcelo Martins. **Insider trading: regime jurídico do uso de informações privilegiadas no mercado de capitais**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

QUIROGA MOSQUERA, Roberto (coord.). **O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 2010.

SZTAJN, Rachel. **Sistema financeiro: entre estabilidade e risco**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SZTAJN, Rachel; FRANCO, Vera Helena de Mello. **Manual de direito comercial e mercado de valores mobiliários**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos *Compliance Programs*

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112157

Professor: Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Patrimoniais no Direito Penal Econômico-Empresarial. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. *Criminal Compliance*, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e colaboração premiada. O *nemo tenetur se detegere*, a proporcionalidade, prova ilícita, *inevitable discovery*, *independent source* e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.

- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (org.). **Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, José Faria (coord.). **Temas de direito penal econômico**. Coimbra: Coimbra, 2005.

KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; URBINA GIMENO. **Compliance y teoria del derecho penal**. Madri: Marcial Pons, 2013.

SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (org.). **A prova no enfrentamento à macrocriminalidade**. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito penal econômico: parte geral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. **Derecho penal económico: introducción y parte general**. Lima: Grijley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLER, Germán. **Criminalidad del poder económico: ciência y práxis**. Buenos Aires:

Editorial Bdef, 2011.

ANDRADE, Manuel da Costa. Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma teoria geral). In: MONTE, Mário Ferreira (org.). **Que futuro para o direito processual penal**. Coimbra: Coimbra, 2009.

BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. **Direito penal e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de dinheiro**: São Paulo: Atlas, 2014.

CAVERO, Percy García. **Criminal compliance**. Lima: Palestra, 2014.

CERVINI, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. **Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos**: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal. São Paulo: RT, 2013.

DE CARLI, Carla Veríssimo (org.). **Lavagem de dinheiro**: prevenção e controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **La política criminal en la encrucijada**. Buenos Aires: Bdef, 2007.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica**: teoria do crimes para pessoas jurídicas. São Paulo: Atlas, 2015.

MANN, Kenneth. **Defendig white collar crime**: a portrait of attorneys at work. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **Libertad económica o fraudes punibles**. riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SUTHERLAND, Edwin H. **El delito de cuello blanco**.. Madrid: La Piqueta, 1999.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Semestre: 2021/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional. Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada o exemplo Europeu. Nanotecnologia e Autor-regulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As relações contemporâneas entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.
- A responsabilidade social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias: o *framework* de John Gerard Ruggie e os Direitos Humanos.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;
- Elaboração e apresentação de seminário;
- Relatório de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ENGELMANN, W. **Nanotechnology, law and innovation**. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011.

PARKER, Christine; HOWE, John. Ruggie's diplomatic project and its missing regulatory infrastructure. *In*: MARES, Radu (ed.). **The UN guiding principles on business and human rights: foundations and implementation**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012. p. 273-301.

MATEO BORGE, Iván. La robótica y la inteligencia artificial en la prestación de servicios jurídicos. *In*: NAVAS NAVARRO, Susana (dir.). **Inteligencia artificial, tecnología, derecho**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017. p. 123-150.

OST, F; VAN DE KERCHOVE, M. **El sistema jurídico entre orden y desorden**. Traducción de I. Hoyo Sierra. Madrid: Servicio publicaciones Facultad Derecho, 1997.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. Recomendação da Comissão de 7 de fevereiro de 2018. Relativa a um código de conduta para uma investigação responsável no domínio das nanociências e das nanotecnologias [notificada com o número C(2008) 424] (2008/345/CE). **Jornal Oficial da União Europeia**, Luxemburgo, n. L 116, p. 46-52, 30 abr. 2008
Disponível em:
<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32008H0345:PT:HTML>.
Acesso em: 19 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Nanotecnologias: subsídios para a problemática dos riscos e regulação**. Brasília, DF: ABDI, 2011. Disponível em: http://www.abdi.com.br/Estudo/Relat%C3%B3rio%20Nano-Riscos_FINALreduzido.pdf. Acesso em: 19 jan. 2018.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Cartilha sobre nanotecnologia**. Brasília, DF: ABDI, 2010. <http://www.abdi.com.br/Estudo/Cartilha%20nanotecnologia.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA E LA CULTURA (UNESCO). **Ética y política de la nanotecnología**. Paris: UNESCO, 2007. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145951s.pdf. Acesso em: 19 jan. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. Recomendação da Comissão de 18 de Outubro de 2011 sobre a definição de nanomaterial (Texto relevante para efeitos do EEE) (2011/696/UE). **Jornal Oficial da União Europeia**, Luxemburgo, n. L 275, p. 38-40, 18 out. 2011. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/JOHtml.do?uri=OJ%3AL%3A2011%3A275%3ASOM%3APT%3AHTM> L. Acesso em: 19 jan. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão das Comunidades Europeias. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comitê Econômico e Social Europeu – Segunda revisão regulamentar relativa a nanomateriais**. Bruxelas: UE, 2012.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental**: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98. Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

GARDELLA, M. M. D.; PARDO, J. E. **Autorregulación y Derecho Público**: la autorregulación regulada. Espanha: Marcial Pons, 2005. 490 p.

GARDELLA, M. M. D.; PARDO, J. E. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. *In*: PARDO, José Esteve (coord.). **Derecho del medio ambiente y administración local**. 2. ed. Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2005.

DÍAZ, Miguel. La normalización técnica como obstáculo al comercio internacional: precisiones conceptuales básicas para discernir el problema. **Ciencias Económicas**, San Jose, v. 29, fasc.1, p. 319, 2011.

ENGELMANN, Wilson; BERGER FILHO, Airton Guilherme. As nanotecnologias e o direito ambiental: a mediação entre custos e benefícios na construção de marcos regulatórios. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: n. 59, p. 50-91, jul./set./2010.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Contratos

Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

Professores: Dr. Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (moral hazard), seleção adversa (adverse selection) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

Aula 01: Apresentação da atividade acadêmica e divisão dos trabalhos.

Introdução: formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.

Leitura obrigatória: <http://duncankennedy.net/documents/Legal%20Formalism.pdf>

Aula 02: Análise Econômica do Direito Contratual: Teorema de Coase e Custos de Transação - Introdução.

Leitura obrigatória:

http://lib.cufe.edu.cn/upload_files/other/4_20140515034803_1%20Coase,%20R.H.%EF%BC%881937%EF%BC%89%20The%20Nature%20of%20the%20Firm.pdf

Aula 03: Análise Econômica do Direito Contratual: Assimetria Informacional, em especial Risco Moral e Seleção Adversa.

Leitura obrigatória:

https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1036&context=law_and_economics

Aula 04: Análise Econômica do Direito Contratual: Governança Contratual e Hold Up.

Leitura obrigatória:

http://masonlec.org/site/rte_uploads/files/Klein%20class%203%20required.pdf

Aula 05: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Incompletude e a Problemática do Contrato no Tempo.

Leitura obrigatória:

<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67626/70236>

Aula 06: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Especificidades dos Contratos Empresariais.

Leitura obrigatória:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/183681/mod_resource/content/1/FORGIONI%20C%20Paula%20-%20Teoria%20Geral%20dos%20Contratos%20Empresariais%20-%20P.%202023-54.pdf

Aula 07: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Princípios do Direito Contratual e os Projetos de Código Comercial.

Leitura obrigatória:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F730794107/A.11%20\(2014\)%20p.387-395.pdf](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F730794107/A.11%20(2014)%20p.387-395.pdf)

Aula 08: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Redes de Contratos.

Leitura obrigatória: <http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/70573>

Aula 09: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contratos de Consumo, Assimetria Informacional e Economia Comportamental.

Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2296015

Aula 10: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contrato e Novas Tecnologias: Blockchain e Smart Contracts.

Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3090226

Encerramento dos encontros da atividade acadêmica.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição:

1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final);
2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final);
3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.
- CATALAN, Marcos *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.
- COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.
- FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.
- ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.
- TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.
- TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge, United States: Harvard University, 1995.
- WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor**: resolução. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos**: interpretação à luz do Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado**: uma teoria da justiça e da dignidade humana. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory**: the contribution of the new institutional economics. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law**: property, tort, contract, unjust enrichment. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge, United States: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?** Direito, sociedade e economia. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação Tecnológica

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária total: 15h/a Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121796

Professor: Guilherme Wunsch

EMENTA

As crises de Estado e seus reflexos no sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Os Direitos Humanos como elemento qualificador da Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica na Sociedade 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica justralhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paredista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.
- c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, Jorge. **O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito**. [S. l.]: Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira**. 2. ed. [S. l.]: Atlas, 2014.

HARTLEY, Scott. **O fuzzy e o techne: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital**. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. [S. l.]: Saraiva, 2013.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de manutenção no emprego: condição de possibilidade da verdadeira negociação coletiva. **Revista eletrônica: acórdãos, sentenças, ementas, artigos e informações**, Porto Alegre, v. 5, n. 80, p. 92-103, jul. 2009. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/80395>. Acesso em: 01/05/2021.

SEVERO, Valdete Souto. **O dever de motivar a despedida: argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SOUTO, Jorge Luiz Maior. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, DF, n. 1248, 17 nov. 2008.

SOUTO, Jorge Luiz Maior. Ainda o abuso das dispensas coletivas. *In*: SOUTO, Jorge Luiz, Maior. **Blog Jorge Souto Maior**. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>. Acesso em: 26 out. 2020.

SOUTO, Jorge Luiz Maior. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2011. v. 1, pt. 1.

SOUTO, Jorge Luiz Maior. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2017. v. 1, pt. 2.

SOUTO, Jorge Luiz Maior. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. *In*: SOUTO, Jorge Luiz Maior. **Blog Jorge Souto Maior**. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>. Acesso em: 26 out. 2020.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo: alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**: São Paulo, v. 72, n. 4, p. 438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. **Revista Justiça do Trabalho**, [s. l.], n. 291, mar. 2008.
- BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. **El despido o la violencia del poder privado**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.
- CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERRAZ, Ellen Mara Hazan. **Da greve ao locaute: contribuições para a luta coletiva**. Belo Horizonte: RTM, 2016.
- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. **Trabalho & doutrina**, São Paulo, n. 11, p. 20-23, dez. 1996.
- MARTINS, José Catharino. **Em defesa da estabilidade**. São Paulo: LTr, 1966.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **Tratado elementar de direito do trabalho**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S/A, 1960. v. 1.
- PAIXAO, Cristiano; LOURENCO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. *In*: FERNANDES, Grijalbo *et al.* (coord.). **O mundo do trabalho**. Leituras Críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009. p. 65-76. v. 1.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A Classe operária no Brasil: 1889-1930 documentos: o movimento operário**. São Paulo: FUNCAMP, 1979. v. 1.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da fábrica. trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais II - A indústria 4.0 e a gestão jurídica do valor

Semestre: 2021/1 **Carga horária:** 30 **Créditos:** 2

Área temática: Direito **Código da disciplina:** 112170_T12

Professora: Dra. Daniela Regina Pellin

EMENTA

A disciplina tem como escopo inserir o aluno no cenário do sistema da Indústria 4.0. A partir disso, desenvolver a habilidade de compreender a linguagem de comunicação desse sistema para identificar problemas e apresentar soluções coerentes com o desenvolvimento econômico sustentável que tenha aderência ao sistema jurídico constitucional e ao ambiente regulatório global. Para isso, o aluno conhecerá os microsistemas de operação da indústria 4.0, a saber: a Internet das Coisas (IoT), a biotecnologia, a nanotecnologia, a robotização, a inteligência artificial (IA), o *big data*, a realidade aumentada e a integração de processos e de cultura, a fim de poder, com autonomia e independência, identificar as potencialidades, os limites, os riscos e os impactos aos ecossistemas social e ambiental cujo resultado no campo do conhecimento é a gestão jurídica de valor que deve ser inculcado aos padrões culturais de exercício da atividade econômica no país.

PLANO DE ENSINO

Aula 01 - Apresentação da disciplina e orientações para o semestre letivo.

Sociedade da Informação. TICs. Indústria 4.0. CF/1988. Legislações atuais.

Textos de leitura que antecede a aula:

PELLIN, Daniela. (2019). A reconstrução da Torre de Babel pelos construtores da Governança. Em M. F. SANTIAGO, & A. L. LUPI, *Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação* (pp. 78-94). Florianópolis: CONPEDI. Fonte:

<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/34q12098/xlk81s04/hs81L509ADd54v8F.pdf>

Aula 02 - Os padrões de comunicação sistêmica: Desenvolvimento Econômico Sustentável (Agenda 2030) e suas implicações e aplicações no cenário empresarial interno.

Textos de leitura que antecede a aula:

PELLIN, Daniela., & ENGELMANN, Wilson. (2018). A Análise Econômica da Lei do Microempreendedor Individual Para além do Direito: a política. **Economic Analysis of Law Review**, 9(2), 177-193. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.p>

BRASIL. **Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação**: Genebra 2003 e Túnis 2005. Trad. Marcelo Amorim Guimarães. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf acesso em 23 fev 2020.

Aula 03 - A Indústria 4.0, as tecnologias disruptivas e seus impactos. A condição do Brasil frente a Indústria 4.0.

Texto de leitura que antecede a aula:

“É fundamental que governos e grandes corporações construam cenários para a Revolução 4.0” (p. 91-93) Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/514>

“O Brasil tem a obrigação de pôr em prática o conceito da indústria 4.0” (p. 88-90) Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/514>

“Economia nacional se afasta cada vez mais da Revolução Industrial 4.0” Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595244-economia-nacional-se-afasta-cada-vez-mais-da-revolucao-industrial-4-0> Acesso em 24 fev 2020.

Aula 04 - ATIVIDADE EM SALA DE AULA nº 01 = 1,5 ponto

Texto para leitura que antecede a atividade em sala de aula:

“Como lutar contra o racismo da inteligência artificial”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/596204-como-lutar-contr-o-racismo-da-inteligencia-artificial> Acesso em 25 fev 2020.

“Capitalismo no século XXI e a força cerebral no cerne da cadeia de valor”. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7350-capitalismo-no-seculo-xxi-e-a-forca-cerebral-no-cerne-da-cadeia-do-valor>

“A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo” Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/282acadernosihuideias.pdf>

Aula 05 - O Blockchain e o elemento sistêmico da confiança.

Texto para leitura que antecede a aula:

“Bitcoins e a difícil fuga do sistema financeiro mundial” Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7068-bitcoins-e-a-dificil-fuga-do-sistema-financeiro-mundial>

FALEIROS Júnior, José Luiz de Moura; ROTH, Gabriela. **Como a utilização do blockchain pode afetar institutos jurídicos tradicionais?** Atuação: Rev. Jur. do Min. Públ. Catarin., Florianópolis, v. 14, n. 30, p. 39-59, jun./nov. 2019. Disponível em: <https://seer.mpsc.mp.br/index.php/atuacao/article/view/82>. Acesso em: 24 fev 2020.

Aula 06 - As plataformas digitais e a economia compartilhada (ou sob demanda).

Texto para leitura que antecede a aula:

“O vale do Silício e o novo trabalho fantasma”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/592335-o-vale-do-silicio-e-o-novo-trabalho-fantasma>
Acesso em 24 fev 2020.

“O ‘velho capitalismo’ e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço” Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7585-o-velho-capitalismo-e-seu-folego-para-dominacao-do-tempo-e-do-espaco>

Aula 07 -A biologia sintética e o compartilhamento se informações sensíveis.

Texto para leitura que antecede a aula:

“Impactos da biologia sintética na Revolução 4.0 e na hipótese bioética” (p. 47-51)

Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao544.pdf>

A era da memória total e do esquecimento contínuo” (p.18-21) Disponível em

<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao368.pdf>

Aula 08 - ATIVIDADE EM SALA DE AULA nº 02 = 1,5 ponto

Texto para leitura que antecede a aula:

COTTER, Robert. H.; SCHÄFER, Hans-Bernd. **O Nó de Salomão**: como o Direito pode erradicar a pobreza das nações. Trad. Magnum Eltz. Curitiba: Editora CRV, 2017; **p. 45-68; 259-274.**

“Homo Deus e a grande revolução algorítmica no séc. XXI”. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7154-homo-deus-e-a-grande-revolucao-algoritmica-no-seculo-xxi> Acesso em 25 fev 2020.

Aula 09 - O microssistema da robótica e o transumanismo; da realidade aumentada, suas potencialidades e impactos.

Texto para leitura que antecede a aula:

“Realidade aumentada; a tecnologia que matará seu smartphone”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568080-realidade-aumentada-a-tecnologia-que-matara-seu-smartphone> Acesso em 24 fev 2020

“Alguns propõem colocar a mente em uma máquina. Entrevista com Antônio Diéguez”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595016-alguns-propoem-colocar-a-mente-em-uma-maquina-entrevista-com-antonio-dieguez> Acesso em 24 fev 2020.

“O pós-humanismo bate à porta: do homo sapiens ao ciborgue”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595823-o-pos-humanismo-bate-a-porta-do-homo-sapiens-ao-ciborgue> Acesso em 24 fev 2020.

“Robôs, Revolução 4.0 e Renda Básica de Cidadania”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569579-robos-revolucao-4-0-e-renda-basica-de-cidadania-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves> Acesso em 24 fev 2020.

“Direitos na era do algoritmo. Entrevista com André Gil Dominguez”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596499-direitos-na-era-do-algoritmo-entrevista-com-andres-gil-dominguez> Acesso em 24 fev 2020.

Aula 10 - O microssistema integrativo dos processos e da cultura.

Texto para leitura que antecede a aula:

“Em tempos de Revolução 4.0, a multiplicação de olhos no controle biopolítico” Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7575-em-tempos-de-revolucao-4-0-a-multiplicacao-de-olhos-no-controle-biopolitico> Acesso em 24 fev 2020.

“Dez princípios para o cooperativismo digital”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/568942-dez-principios-para-o-cooperativismo-digital> Acesso em 24 fev 2020.

“Desafios de regulação e organização na gig economy global. Entrevista com Alex Wood”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595131-desafios-de-regulacao-e-organizacao-na-gig-economy-global-entrevista-com-alex-wood> Acesso em 24 fev 2020.

OBJETIVOS

O **objetivo geral** da disciplina é incluir o aluno no contexto sistêmico da inovação tecnológica nas mais variadas matizes da Indústria 4.0. Uma vez nesse cenário, o aluno poderá observar e projetar os prováveis ou improváveis impactos aos ecossistemas social e ambiental. De posse dessa verificação, a disciplina tem como **objetivos específicos**: a) tornar o aluno protagonista na comunicação de linguagem de novos padrões de comportamento econômico no exercício de atividade profissional no ambiente da Indústria 4.0; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso do desenvolvimento econômico sustentável na gestão da inovação em produtos e serviços decorrentes da Indústria 4.0; c) transformar o aluno em gestor de novos padrões de reflexão jurídica sistêmica que sirvam para intervenções jurídicas em tomadas de decisão econômica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-constructivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de

aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AVALIAÇÃO

Para a conclusão da disciplina com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota 7,0 (de um total de 10,0) avaliada no contexto global de participação em aula e resultado de aprendizagem (valor 1,0). Assim, a avaliação é compreendida como a realização e entrega das atividades aplicadas em sala de aula mediante leitura prévia de textos indicados (valor 3,0) e a elaboração e entrega, no prazo, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema e hipótese observados ao longo do processo de construção da disciplina (valor 6,0).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAEZ, Narciso L. X. *et al.* (org.). **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Santa Catarina: Editora Unoesc, 2015.

DOCUMENTOS DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: Genebra 2003 e Túnis 2005. Tradução Marcelo Amorim Guimarães. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf acesso em: 23 fev. 2020.

COTTER, Robert. H.; SCHÄFER, Hans-Bernd. **O nó de Salomão: como o Direito pode erradicar a pobreza das nações**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DRUCKER, Peter. F. **A administração na próxima sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002.

HAHARI, Yuval N. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Trad. Paulo Gaiger. São Paulo: Cia. Das Letras, 2016.

NORTH, Douglas C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

SÁTYRO Walter C.; SACOMANO, José B.; GONÇALVES, Rodrigo F.; BONILLA, Sílvia H.; SILVA, Maria T. da. **Indústria 4.0: conceitos e fundamentos**. [S. l.]: Editora Blucher, ano. *E-book*. Disponível em: <http://www.unisinos.br/biblioteca/> Acesso em: 13 fev. 2020.

SCHWAB, K. **A Quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWAB, K. **Aplicando a quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: MCT, 2000. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Aurélio L. **O curso do pensamento sistêmico**. São Paulo: Instituto Sistêmico, 2014.

BOFF, Salete O.; FORTES, Vinicius B.; PIMENTEL, Luiz O. (org.). **Direito e desenvolvimento sustentável**: a (necessária) proteção jurídica da biotecnologia e a (necessária) regulamentação do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais. Passo Fundo, RS: IMED, 2013.

ENGELMANN, Wilson; WILLIG, Júnior R. **Inovação no Brasil**: entre os riscos e o marco regulatório. Jundiaí: Paco, 2016.

ENGELMANN, Wilson; WITTMANN, Cristian (org.). **Direitos humanos e novas tecnologias**. Jundiaí: Paco, 2015.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

FORMIGA, Manuel M. (org.). **Engenharia para o desenvolvimento**: inovação, sustentabilidade e responsabilidade social como novos paradigmas. Brasília: SENAI, 2010.

KURZWEIL, R. **Age of spiritual machines**: when computers exceed human intelligence. New York: Viking, 1999.

MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; COELHO, Alexandre Z. P. (coord.). **Direito, inovação e tecnologia**. São Paulo: Saraiva, 2015.

POPADIUK, Silvio. **Exploração, exploração e ambidestria**: inovação para a geração de valor. São Paulo: Mackenzie, 2015.

RIFKIN, J. **Sociedade com custo marginal zero**: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. São Paulo: M. Books, 2016.

VERGANTI, Roberto. **Design-driven innovation**: changing the rules of competition by radically innovating what things mean. Boston: Harvard Business Press, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Metodologia para a Análise e Resolução de Casos

Ano/Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito:** as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

NUNES, Dierle; DUARTE, Fernanda Amaral. Jurimetria e tecnologia: diálogos essenciais com o Direito Processual. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 299, p. 407-450, jan. 2020.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S. l.]: Lexis-Nexis Electronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOOTH, Wayne C. *et al.* **The craft of research**. 4th ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

BROWN, Tim. **Design thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

VAN HOECKE, Mark. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline? Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SACHS, Stephen E. Finding Law. **Califórnia Law Review**, Califórnia, v. 107, p. 527-582, 2019.

SCHWAB, D. P. A model of empirical research. *In*: SCHWAB, D. P. **Research methods for organizational studies**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.

SIEMS, Mathias M.; SÍTHIGH, Daithí Mac. Mapping Legal Research. **The Cambridge Law Journal**, [s. l.], v. 71, 2012, p. 651-676.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. **Revista Direito e Liberdade (RDL)**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Reformas Trabalhistas e Previdenciárias no Brasil e no mundo

Ano/Semestre: 2021/1

Nível: Mestrado

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121811

Professor: Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Reforma Trabalhista na Europa e modelos de influência para o Brasil. O trabalhador intermitente. Os contratos zero-hora. Reformas da Previdência. O modelo de Previdência Chileno. Brasil e as Ondas Reformistas. Velhice e desenvolvimento social. Crítica aos movimentos de retirada de direitos sociais. A Empresa e as Reformas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Lei 13.467/2017 e Reforma Trabalhista no Brasil. O mito da CLT fascista e o mito da Justiça do Trabalho. Tempo e Trabalho. Precarização das relações laborais. Risco empresarial com o adoecimento de trabalhadores. Novas estruturas remuneratórias e os efeitos prejudiciais na Previdência. Políticas Públicas de Empregabilidade. O novo Direito do Trabalho. O novo Direito Previdenciário. Crise e tendências de mercado. Negociação Coletiva: utopia ou realidade.

OBJETIVOS

- a) Comparar os modelos de reforma trabalhista ocorridos no mundo e no Brasil;
- b) Desmistificar conceitos comuns acerca das reformas trabalhistas e previdenciárias para se estabelecer um juízo crítico da nova legislação;

c) Entender que os movimentos de reforma não podem violar a estrutura dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENDA, Laura Rodrigues (org.). **A reforma trabalhista na visão da AJD**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2018.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial**. Brasília, DF: Editora da UNB, 1999.

MELO, Sandro Nahmias; RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. **Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017): teletrabalho, novas tecnologias e dano existencial**. São Paulo: LTr, 2018.

OLEA, Manuel Alonso. **El trabajo como bien escasso y la reforma de su mercado**. [S. l.]: Civitas, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. Oboré: São Paulo, 1993.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Trabajo y suicídio**. Madrid: Modus Laborandi, 2010.

KON, Anita. **A economia do trabalho**: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.

PORTO, Ederson Garin. **Manual Jurídico da Startup**: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SUPIOT, Alain. **Crítica do direito do trabalho**. [S. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SUPIOT, Alain. **Homo juridicus**: ensaio sobre a função antropológica do Direito. [S. l.]: Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Sistemas Jurídicos Internacionais

Semestre: 2021/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112166

Professor: Luciane Klein Vieira

EMENTA

Caracterização, distinção e análise dos principais sistemas jurídicos contemporâneos: Civil Law e Common Law. Estudo do sistema jurídico inglês e do sistema jurídico norte-americano, com ênfase na formação do precedente judicial. Os sistemas jurídicos nos processos de integração regional: a formação e aplicação do Direito da União Europeia e do Direito do Mercosul. Peculiaridades do Direito Asiático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- *Civil Law e Common Law*: Histórico, mapa atual, fontes do direito, *hard law e soft law*;
- Direito norte-americano (EUA): sistema judiciário, *case law*, formação do precedente;
- Direito inglês: histórico, sistema judiciário, precedente judicial;
- Direito da União Europeia: supranacionalidade e formação dos princípios comuns, sistema judiciário, aplicação uniforme do direito no espaço integrado;
- Direito do Mercosul: intergovernamentalidade, sistema jurídico, diálogo entre cortes;
- Direito asiático: história, formação, sistema judiciário.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos;
- Debates temáticos;
- *Paper* que será entregue ao final da disciplina.

Critérios de avaliação:

- *Paper*: 70%;

- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AJANI, Gianmaria *et al.* **Sistemas jurídicos comparados: lecciones y materiales.** Tradução de Beatriz Gregoraci Fernández. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2011.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo.** Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ENGELMANN, Wilson; SCHIOCCHET, Taysa (coord.). **Sistemas jurídicos contemporâneos e constitucionalização do direito.** Curitiba: Juruá, 2013.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano.** Tradução de Eduardo Saldanha e Revisão técnica de Eduardo Apio. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GALIO, Morgana Henicka. História e formação dos sistemas *Civil Law* e *Common Law*: a influência do direito romano e a aproximação dos sistemas. *In: DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá; NEUENSCHWANDER, Juliana Magalhães; WOLKMER, Antônio Carlos (org.). História do Direito II.* Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 233-255. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c79d3508e2dc8fe8>. Acesso em: 13/05/2021.

GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria. **Sistemas jurídicos contemporâneos.** México, D. F.: Cultura Jurídica, 2010.

LOSANO, Mario G. **Os grandes sistemas jurídicos.** Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. A Transformação do *Civil Law* e a Oportunidade de um Sistema Precedentalista para o Brasil. **Revista Jurídica**, n. 380, p. 45-50, 2009.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Precedentes vinculantes nos Estados Unidos da América e no direito brasileiro: um estudo comparado. **Revista de Direito Internacional**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 264-286, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4236>. Acesso em: 19 out. 2018.

OLIVEIRA, Ana Carolina. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da *Civil Law* e da *Common Law*. **Revista Direito Público**, [s. l.], v. 12, n. 64, p. 109-126, 2015. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2737/1307>. Acesso em: 25 nov. 2018.

VIEIRA, Andréia Costa. **Civil law e common law: os dois grandes sistemas legais comparados.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?** Tradução por Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabres Editor, 1993.

CROSS, Rupert; HARRIS, J. W. **El precedente en el derecho inglés**. Tradução de Maria Angélica Pulido. Barcelona: Marcial Pons, 2012.

DAVID, René. **O direito inglês**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after modernity**. Oxford: Hart Publishing, 2013.

FARNSWORTH, E. Allan. **An introduction to the legal system of the United States**. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2010.

FERNÁNDEZ VILA, María Fernanda. Las experiencias de integración en Asia. In: NEGRO, Sandra (dir.). **Derecho de la integración**: manual. 2ª ed. Montevideo: BdeF, 2013.

FON, Vincy; PARISI, Francesco. Judicial precedents in civil law systems: a dynamic analysis. **International Review of Law and Economics**, [s. l.], n. 26, p. 519-535, 2006. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33111-41760-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GRUNDMANN, Stefan *et al.* **Direito privado, constituição e fronteiras**: encontros da Associação Luso-Alemã de Juristas Brasileiros. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JIN, Oh Seung. **Overview of legal systems in the Asia-Pacific Region**: South Korea. [S. l.]: Scholarship Cornell Law, 2004. (Paper, 6). Disponível em: http://scholarship.law.cornell.edu/lps_lsapr/6. Acesso em: 21 dez. 2017.

RAATZ, Igor. Considerações históricas sobre as diferenças entre common law e civil law: reflexões iniciais para o debate sobre a adoção de precedentes no Direito brasileiro. **Revista de Processo**, [S. l.], v. 199, p. 159-191, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SELLER, Mortimer. The doctrine of precedent in the United States of America. **The American Journal of Comparative Law**, [S. l.], v. 54, p. 67-88, Sept. 2008.

SOARES, Guido Fernandes Silva. **Common law**: introdução ao direito dos EUA. São Paulo: Saraiva, 1999.

YANG, Hyunah (ed.). **Law and society in Korea**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: Tópicos Especiais II - Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias

Semestre: 2021/1

Carga horária: 30 - Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T15

Professor: Cristiano Colombo, Fabiano Koff Coulon e Wilson Engelmann

EMENTA

Introdução aos dados pessoais. Internet, Ciberespaço e Dados Pessoais. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira (Lei 13.709 de 2018) como Novo Marco Regulatório. Limites Positivos e Negativos de aplicação. Glossário legal. Jurisdição e Enforcement. Principiologia. Análise comparativa ao Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. Estudos de casos acerca dos impactos no mundo empresarial sob o enfoque principiológico e de jurisdição em matéria de dados pessoais de brasileiros e com tratamento de dados no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução à Responsabilidade Civil. Pressupostos. Funções. Classificação. Danos. Quantificação das Indenizações. Análise Econômica do Direito e Novas Tecnologias. Novos riscos.
- Nanotecnologias no cenário da Quarta Revolução Industrial e os seus desafios jurídicos. Ausência de marcos regulatórios legislativos específicos bem definidos para as investigações, produções industriais, comercialização e a destinação final de resíduos e materiais para descarte que contenham nanopartículas. Princípios da precaução, da proteção e saúde do público e dos trabalhadores, da sustentabilidade ambiental, da transparência, da participação do público e da responsabilidade do produtor, além de se levar em consideração os outros impactos.
- Inteligência Artificial. Algoritmo. Mineração e Análise Preditiva. Ética. Responsabilidade Civil.

- Responsabilidade Civil e robótica. Veículos autônomos. Drones. Robôs de assistência e médicos.
- Responsabilidade Civil em matéria de proteção de Dados Pessoais. Os agentes de tratamento: controlador e operador. Encarregado de Proteção de Dados (DPO). A análise da responsabilidade civil sob ponto de vista empresarial.
- Responsabilidade civil dos provedores de conexão e aplicação. Conteúdo Ilícito Gerado por Terceiro.
- Nanotecnologia e Responsabilidade Civil.
- Responsabilidade civil das plataformas e análise econômica do direito

AVALIAÇÃO

A nota será composta pela entrega de Artigo Final e apresentação de seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. **Teoria Geral do Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ANDERSON, Ross *et al.* **Security economics and the internal market**. [S. l.]: European Network and Information Security Agency, 2008.

ARAÚJO, Fernando. **Teoria econômica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Estudos sobre direito da internet e da sociedade da informação**. Coimbra: Almedina, 2001.

ASIMOV, Isaac. **Eu robô**. Tradução de Aline Sotoria Pereira. São Paulo: Amazon, 2017.

AZAMBUJA, Mariana Menna Barreto; GOULART, Guilherme Damasio. A publicidade e a criança frente aos avanços tecnológicos: o caso dos youtubers mirins. *In*: PASQUALOTTO, Adalberto (org). **Publicidade e proteção da infância**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. v. 2.

AZEVEDO, Fernando Costa de; KLEE, Antonia Espíndola Longoni. Considerações sobre a proteção dos consumidores no comércio eletrônico e o atual processo de atualização do Código de Defesa do Consumidor. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 85, p. 209-260, jan./fev. 2013.

BALLARINO, Tito. **Internet nel mondo della legge**. Padova: CEDAM, 1999.

BARRETO, Ricardo Mena. Direito, redes sociais e social commerce: pensando a proteção do consumidor. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 32, p. 145-162, dez. 2011.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. A proteção das expectativas legítimas derivadas das situações de confiança: elementos formadores do princípio da confiança e seus efeitos. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, n. 12, p. 169-225, out./dez. 2002.

BRANDEIS, Louis; WARREN, Samuel. The right to privacy. **Harvard Law Review**, Cambridge, United States, v. 4, n. 5, Dec. 1890.

CALO, M. Ryan. The boundaries of privacy harm. **Indiana Law Journal**, v. 86, n. 1, 2011. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1641487. Acesso em: 20 maio 2018.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHERRY, Denny. Fundamentos da privacidade digital. São Paulo: Elsevier, 2014.

COLOMBO, Cristiano. Corpo eletrônico e tutela jurídica. *In*: DIREITO & TI. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://direitoeti.com.br/artigos/corpo-eletronico-e-tutela-juridica/>. Acesso em: 09/10/2015.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Ciberespaço e conteúdo ofensivo gerado por terceiros: a proteção dos direitos de personalidade e a responsabilização civil dos provedores de aplicação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 217-237, 2017. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4910>. Acesso em: 27 jun. 2018.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Mineração de dados e análise preditiva: reflexões sobre possíveis violações ao direito de privacidade na sociedade da informação e critérios para sua adequada implementação à luz do ordenamento brasileiro. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias (CONPEDI)*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 59-80, 2017. Disponível em: <http://indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/2345>. Acesso em: 27 jun. 2018.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. “Corpo eletrônico” como vítima em matéria de tratamento de dados pessoais: responsabilidade civil por danos à luz da Lei de Proteção de Dados brasileira e dano estético no mundo digital. *In*: DRESCH, Rafael *et al.* (org.). **Responsabilidade civil e novos riscos**. 1. ed. São Paulo: Foco, 2019.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Violação dos direitos de personalidade no meio ambiente digital: a influência da jurisprudência europeia na fixação da jurisdição/competência dos tribunais brasileiros. **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <http://civilistica.com/violacao-dos-direitos-de-personalidade/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

COLOMBO, Cristiano; FERREIRA, Natasha Alves; CELLA, José Renato Gaziero. Da economia do compartilhamento e a proteção de dados pessoais em matéria de aplicativos. *In*: CONGRESO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES Y DOCENTES DE DERECHO E INFORMÁTICA, 9., 2019, Montevideo. **Anais eletrônicos** [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em www.aeu.org.uy/ucsocios_3785_1.html. Acesso em 01 jul 2019.

COLOMBO, Cristiano; ENGELMANN, Wilson. Inteligência Artificial em favor da saúde: proteção de dados pessoais e critérios de tratamento em tempos de pandemia. *In*: PINTO, Henrique Alves; GUEDES, Jefferson Carús; CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira (coord.). **Inteligência artificial aplicada ao processo de tomada de decisões**. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Decisões automatizadas em matéria de perfis e riscos algorítmicos: diálogos entre brasil e europa acerca dos direitos das vítimas de dano digital. *In*: GODINHO, Adriano Marteleto *et al.* **Responsabilidade civil e novas tecnologias**. Coordenado por Guilherme Magalhães Martins e Nelson Rosenvald. Indaiatuba, P: Editora Foco, 2020.

COLOMBO, Cristiano; GOULART, Guilherme Damasio. Ética algorítmica e proteção de dados pessoais sensíveis: classificação de dados de geolocalização em aplicativos de combate à pandemia e hipóteses de tratamento. *In*: FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. **Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa**. Belo Horizonte: IRIS, 2019.

COLOMBO, Cristiano. GOULART, Guilherme Damasio. Hipervulnerabilidade do consumidor no ciberespaço e tratamento de dados pessoais à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira. *In*: CONGRESO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES Y DOCENTES DE DERECHO E INFORMÁTICA, 9., 2019, Montevideo. **Anais eletrônicos** [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: www.aeu.org.uy/andocasociado.aspx?3785,10191. Acesso em: 01/07/2019.

COLOMBO, Cristiano; ENGELMANN, Wilson. Inteligência artificial em favor da saúde: proteção de dados pessoais e critérios de tratamento em tempos de pandemia. *In*: PINTO, Henrique Alves. **Inteligência artificial aplicada ao processo de tomada de decisões**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

COULON, Fabiano Koff. Oikos, domus e polis: configurações da relação entre o público e o privado. *In*: MARTINS-COSTA, Judith. (org.). **Narração e normatividade: ensaios de direito e literatura**. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2013. p. 213-234.

COULON, Fabiano Koff. Direito de acesso às fontes de informação. *In*: MELO, José Marques de.. (Org.). **Enciclopédia Intercom de Comunicação**. 1ed.São Paulo: Intercom, 2010, v. 1, p. 392-393.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHERRY, Denny. **Fundamentos da privacidade digital**. São Paulo: Elsevier, 2014.

COLOMBO, Cristiano. Corpo eletrônico e tutela jurídica. *In: DIREITO & TI*. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://direitoeti.com.br/artigos/corpo-eletronico-e-tutela-juridica/>. Acesso em: 09 out. 2015.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Ciberespaço e conteúdo ofensivo gerado por terceiros: a proteção dos direitos de personalidade e a responsabilização civil dos provedores de aplicação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 217-237, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4910>. Acesso em: 27 jun. 2018.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Mineração de dados e análise preditiva: reflexões sobre possíveis violações ao direito de privacidade na sociedade da informação e critérios para sua adequada implementação à luz do ordenamento brasileiro. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias (CONPEDI)**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 59-80, 2017. Disponível em: <http://indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/2345>. Acesso em: 27 jun. 2018.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. “Corpo eletrônico” como vítima em matéria de tratamento de dados pessoais: responsabilidade civil por danos à luz da Lei de Proteção de Dados brasileira e dano estético no mundo digital. *In: DRESCH, Rafael et al.* (org.). **Responsabilidade civil e novos riscos**. 1. ed. São Paulo: Foco, 2019.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Violação dos direitos de personalidade no meio ambiente digital: a influência da jurisprudência europeia na fixação da jurisdição/competência dos tribunais brasileiros. **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <http://civilistica.com/violacao-dos-direitos-de-personalidade/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

COLOMBO, Cristiano; FERREIRA, Natasha Alves; CELLA, José Renato Gaziero. Da economia do compartilhamento e a proteção de dados pessoais em matéria de aplicativos. *In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES Y DOCENTES DE DERECHO E INFORMÁTICA*, 9., 2019, Montevideo. **Anais eletrônicos** [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: www.aeu.org.uy/ucsocios_3785_1.html. Acesso em: 01 jul. 2019.

COLOMBO, Cristiano; ENGELMANN, Wilson. Inteligência Artificial em favor da saúde: proteção de dados pessoais e critérios de tratamento em tempos de pandemia. *In: PINTO, Henrique Alves; GUEDES, Jefferson Carús; CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira* (coord.). **Inteligência artificial aplicada ao processo de tomada de decisões**. 1. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D’Plácido, 2020.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Decisões automatizadas em matéria de perfis e riscos algorítmicos: diálogos entre Brasil e Europa acerca dos direitos das vítimas de dano digital. *In: GODINHO, Adriano Marteleto et al.* **Responsabilidade civil e novas tecnologias**. Coordenado por Guilherme Magalhães Martins e Nelson Rosenvald. Indaiatuba, P: Editora Foco, 2020.

COLOMBO, Cristiano; GOULART, Guilherme Damasio. Ética algorítmica e proteção de dados pessoais sensíveis: classificação de dados de geolocalização em aplicativos de combate à pandemia e hipóteses de tratamento. In: FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. **Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa**. Belo Horizonte: IRIS, 2019.

COLOMBO, Cristiano. GOULART, Guilherme Damasio. Hipervulnerabilidade do consumidor no ciberespaço e tratamento de dados pessoais à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES Y DOCENTES DE DERECHO E INFORMÁTICA, 9., 2019, Montevideo. **Anais eletrônicos** [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: www.aeu.org.uy/andocasociado.aspx?3785,10191. Acesso em: 01 jul. 2019.

COLOMBO, Cristiano; ENGELMANN, Wilson. Inteligência Artificial em favor da saúde: proteção de dados pessoais e critérios de tratamento em tempos de pandemia. In: PINTO, Henrique Alves. **Inteligência artificial aplicada ao processo de tomada de decisões**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.

COULON, Fabiano Koff. Oikos, domus e polis: configurações da relação entre o público e o privado. In: Martins-Costa, Judith. (org.). **Narração e normatividade: ensaios de direito e literatura**. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2013. p. 213-234.

COULON, Fabiano Koff. Direito de acesso às fontes de informação. In: MELO, José Marques de (org.). **Enciclopédia Intercom de comunicação**. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2010. v. 1, p. 392-393.